



DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 033

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 13 DE ABRIL DE 2009

ANO XXXIV

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS
Presidente - Democratas

ANTONIO ANIBELLI
1º Vice-Presidente - PMDB

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

FELIPE LUCAS
3º Vice-Presidente - PPS

ALEXANDRE CURI
1º Secretário - PMDB

VALDIR ROSSONI
2º Secretário - PSDB

ELTON WELTER
3º Secretário - PT

CIDA BORGHETTI
4ª Secretária - PP

PASTOR EDSON PRACZYK
5º Secretário - PRB

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo *Luiz Claudio Romanelli*
Líder da Oposição *Elio Rusch*
PMDB *Waldyr Pugliesi*
PSDB *Ademar Traiano*
Partido Democratas *Plauto Miró*
PT *Péricles de Mello*
PP *Duílio Genari*
PDT *Luiz Carlos Martins*
Bloco PPS/PMN *Dr. Batista*
Bloco PSB/PRB/PV *Pastor Edson Praczyk*
Bloco PTB/PR *Jocelito Canto*

Representação Partidária

PMDB - 17: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Jonas Guimarães - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Professor Lemos - Tadeu Veneri; **Partido Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 03: Augustinho Zucchi - Fernando Scanavaca - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PR** - 02: Carlos Simões - Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 033

30ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva 02

Presenças 02

Abertura da Sessão 02

Expediente:

Ofícios 03

Indicações 03

Requerimentos 04

Projetos de Lei 12

Pequeno Expediente:

Dep. Reni Pereira 12

Dep. Ney Leprevost 15

Dep. Tadeu Veneri 17

Dep. Antonio Belinati 19

Dep. Douglas Fabrício 22

Grande Expediente:

Dep. Antonio Belinati 20

Horário das Lideranças:

Liderança do Bloco PSB/PRB/PV

Dep. Reni Pereira 13

Liderança do PP

Ney Leprevost 15

Liderança do PT

Dep. Tadeu Veneri 18

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente 23

Discussão/Votação

Redação Final 23

2ª Discussão 23

1ª Discussão 24

Requerimentos 28

Encerramento da Sessão 28

Publicações:

Atas de Comissões

Constituição e Justiça 28

Obras Públicas, Transportes e

Comunicação 29

Tomada de Contas 29

DIÁRIO Nº 033

30ª SESSÃO ORDINÁRIA

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA ATA DA 30ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 13 ABRIL DE 2009

(segunda-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Antonio Anibelli, secretariado pelos Srs. Deputados Fernando Scanavaca e Luiz Nishimori.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Felipe Lucas, Alexandre Curi, Valdir Rossoni, Elton Welter, Cida Borghetti, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Fábio Camargo, Fernando Scanavaca, Jocelito Canto, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Nereu Moura, Ney Leprevost, Pedro Ivo, Pércles de Mello, Plauto Miró, Professor Lemos, Reni Pereira, Ribas Carli Filho, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato e Waldyr Pugliesi (45).

Ausentes os Srs. Deputados: Caíto Quintana, Chico Noroeste, Elio Rusch, Francisco Bühner e Luiz Eduardo Cheida (05).

Ausentes com justificativas os Srs. Deputados: Nelson Justus, Luiz Accorsi, Luiz Fernandes Litro e Osmar Bertoldi (04).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Ofícios

Sob o nº 004/09 do Sr. Luiz Fernando Delazzari - Presidente do Fundo Especial de Reequipamento de Trânsito - FUNRESTRAN, encaminhando Prestação de Contas do Fundo Especial de Reequipamento de Trânsito - FUNRESTRAN, referente ao exercício financeiro de exercício de 2008. **Ao conhecimento da Casa.**

OFÍCIO N º 049/09

Curitiba, em 13/04/09.

Senhor Presidente:

Com meus melhores cumprimentos, dirijo-me a V. Exa. para justificar minha ausência da Sessão Plenária do dia 13/04/09 (hoje) por estar em visita às minhas bases eleitorais no Noroeste do Estado do Paraná e, portanto impossibilitado de participar dos trabalhos legislativos.

Limitando ao exposto, manifesto a V. Exa. meu apreço e consideração.

(a) LUIZ ACCORSI

Indicações

INDICAÇÃO Nº 375/09

SÚMULA:

Sugere a reinstalação do Cartório de Jaracatiá, do Distrito de Goioerê.

Exmo. Sr. Presidente do Tribunal de Justiça do Estado:

O Deputado Alexandre Curi dirige-se a V. Exa. para expor e sugerir o seguinte:

I - a reinstalação do Cartório de Jaracatiá, do Distrito de Goioerê, que foi extinto pela Lei nº 14277, de 2003;

II - a execução desta sugestão será de grande importância para a comunidade da região, que sempre teve um bom atendimento no Cartório de Jaracatiá e sofre com as longas distâncias que tem que percorrer para ser atendida em outros cartórios.

Sala das Sessões, em 13/04/09.

(a) ALEXANDRE CURI

INDICAÇÃO Nº 376/09

SÚMULA:

Propõe a doação de uma ambulância modelo SIATE para a Secretaria de Saúde do Município de Prudentópolis.

Felipe Lucas, Deputado Estadual, que este subcreve, vem, respeitosamente, perante o Secretário de Saúde, Dr. Gilberto Berguio Martin, solicitar:

Doação de uma ambulância modelo SIATE para a Secretaria de Saúde do Município de Prudentópolis.

Sala das Sessões, em 13/04/09.

(a) FELIPE LUCAS

JUSTIFICATIVA:

O Município de Prudentópolis possui dois hospitais e atendimento na área de Saúde com o Pronto Atendimento 24 horas. Com uma extensão territorial de 2 mil e 308 Km2, concentra sua população em grande parte na área rural sendo algumas localidades distantes até 100 quilômetros da sede do Município. Acrescente-se ainda que a Cidade é cortada pela BR-277 e que frequentemente registra acidentes cujo atendimento é efetuado também pelo Município. O Governo substitui com frequência as ambulâncias utilizadas na Capital e certamente a destinação de um veículo com estas características, mesmo que usado, será de grande utilidade para o Município.

INDICAÇÃO Nº 377/09

SÚMULA:

Solicita a construção do Centro Estadual da Juventude no Município da Lapa/PR.

Ao Exmo. Sr. Roberto Requião - Governador do Estado do Paraná e a Ilma. Sra. Vera Mussi Augusto - Secretária de Estado da Cultura:

A Deputada que o presente subcreve no uso de suas atribuições legais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para expor o que segue:

I - solicita a construção do Centro Estadual da Juventude, no Município da Lapa.

II - estamos apresentando a presente indicação, objetivando beneficiar toda a juventude do Município da Lapa.

Sala das Sessões, em 13/04/09.

(a) ROSANE FERREIRA

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 1581

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, licença para tratamento de saúde, conforme o especificado em atestado médico, pelo prazo de 30 dias, a partir da presente data.

Sala das Sessões, em 13/04/09.

(a) LUIZ FERNANDES LITRO

REQUERIMENTO Nº 1580

Senhor Presidente:

Os Deputados subscritores do presente, no uso de suas atribuições regimentais, requerem, a constituição da Frente Parlamentar Pró-Leitura, com a finalidade de se posicionar a favor das iniciativas que incentivem a leitura em todas as faixas etárias, estimulando esta saudável prática em nosso Estado.

A Frente Parlamentar Pró-Leitura será composta por Parlamentares indicados pelas lideranças partidárias, sendo presidida pelo Deputado Ney Leprevost.

Dentre seus objetivos mais específicos estão: auxiliar no desenvolvimento da capacidade de articulação de crianças, jovens e adultos; fomentar as fontes de pesquisa dos mediadores do conhecimento; proporcionar novas experiências; trabalhar para envolver o maior número de parceiros possíveis nessa rede que se forma em torno do processo educacional; trabalhar para permitir que jovens se apaixonem por essa experiência e se tornem propagadores desse hábito; ampliar e estruturar as condições de aprendizado; tendo a duração até o final desta legislatura.

Sala das Sessões, em 13/04/09.

(aa) NEY LEPREVOST, LUIZ CLAUDIO ROMANELLI, ANTONIO BELINATI, PROFESSOR LEMOS, MARCELO RANGEL, ELIO RUSCH, RENI PEREIRA, DUÍLIO GENARI, EDSON STRAPASSON, FELIPE LUCAS, RIBAS CARLI FILHO, LUIZ NISHIMORI, WALDYR PUGLIESI, ANTONIO ANIBELLI E CIDA BORGHETTI.

JUSTIFICATIVA:

Ler é uma das competências mais importantes a serem trabalhadas com as pessoas, principalmente após recentes pesquisas que apontam ser esta uma das principais deficiências do brasileiro. Não basta identificar as palavras, mas fazê-las ter sentido, compreender, interpretar, relacionar e reter o que for mais relevante.

A professora Maria Aparecida Ceravolo Magnani (Publicação: Série Ideias nº 13. São Paulo: FDE, 1994.), aduz com propriedade que:

A alienação e o desconhecimento dos instrumentos indispensáveis ao domínio do meio sociocultural podem levar grande parcela da população à marginalização -

ou seja, à pobreza, a uma baixa qualidade de vida. Dentre esses instrumentos destacamos, num primeiro nível, a leitura e a escrita, e, em nível instrumentos destacamos, num primeiro nível, a leitura e a escrita, e, em nível mais avançado, a pesquisa e o desenvolvimento tecnológico.

(...) a leitura compreendida em seu sentido lato, e sobretudo em seu caráter plural e dialógico, constitui-se em poderoso instrumento no processo de produção do conhecimento por possibilitar o contato do leitor com diferentes formas de vivenciar e compreender o mundo. A formação de leitores emerge como prioridade e como um grande desafio da Educação.

Já a professora Maria do Rosário Mortatti Magnani nos informa:

Se o gosto se aprende, pode ser ensinado. A aprendizagem comporta uma face não espontânea e pressupõe intencional e construtiva. Assim o professor tem um importante papel a desempenhar no desenvolvimento de seus alunos/leitores.

A formação e a transformação do gosto não se dão num passe de mágica. Com a escola - em que pesem as restrições de sua incompetência competente - concorrem todos os outros estímulos e desestímulos com os quais convivem professores e alunos nas horas restantes do dia.

Para Maria Thereza Fraga Rocco:

O aperfeiçoamento da imagem, por exemplo, provocou inquietações e levou até mesmo a previsões catastróficas em relação ao futuro da leitura e do livro. Temia-se que a era de Gutenberg estivesse prestes a ser tragada pelo poder incomensurável das transmissões eletrônicas, do laser, dos satélites.

Reclama-se sempre que a criança e o jovem não lêem e não gostam de ler. Afirmações peremptórias como essas, gratuitas, e no mais das vezes, mal discutidas transformam-se em preconceito cristalizado que vai penetrando acriticamente em pessoas e grupos, acabando por se transformar em dogma. E uma vez o dogma absorvido, muito mais difícil se torna reverter situações indesejadas.

A criança, o jovem que estuda - e também o adulto, todos gostam de ler e lêem razoavelmente.

Portanto percebe-se que o estímulo e o incentivo à leitura merecem um destaque especial em nossa sociedade, logo a criação desta Frente Parlamentar Pró-Leitura preencherá este importante espaço e promoverá a leitura em todos os âmbitos da comunidade paranaense.

REQUERIMENTO Nº 1568

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com base no artigo 120, do Regimento Interno, REQUER, a anexação do Projeto de Lei nº 136/09 aos Projetos de Lei nºs 124/09 e 125/09, que tratam do Cadastro para Bloqueio do Recebimento de Ligações de Telemarketing.

Sala das Sessões, em 13/04/09.

(a) ANTONIO ANIBELLI

REQUERIMENTO Nº 1554

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na ata da Sessão de hoje, votos de saudades do Exmo. Sr. Dr. Tancredo Neves, para que fique registrado para posteridade, a passagem inesquecível de 24 anos de seu falecimento.

Requer outrossim, que da decisão da Casa seja dado ciência para a família do Dr. Tancredo Neves.

Sala das Sessões, em 13/04/09.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

No dia 21/04/85, faleceu o Dr. Tancredo Neves, eleito para presidir os destinos do Brasil.

O saudoso Dr. Tancredo Neves, com sua longa experiência de política e sua sabedoria, saiba que a decisão deve exprimir a sintonia - maior ou menor - com a quase inconsútil vontade geral, que é sempre maior a soma das vontades individuais. Daí porque o Dr. Tancredo foi, sem dúvida, o maior político de sua classe e de sua geração. Foi um sábio, na medida em que conhecia perfeitamente a natureza humana, com suas paixões, assim como os movimentos sociais, não feitos de abstrações (ainda que generosos), mas constituídos de interesse, sutilezas e lutas, generosas ou cruéis, grandes ou mesquinhas, fecundas ou estéreis.

Retomar, neste momento, depois de 24 anos, os ideais do Dr. Tancredo Neves, é relembrar que foi um compromisso de retorno completo à soberania popular e retomar a trilha de um projeto histórico que permitisse a festa das esperanças da população brasileira, e viabilizar o avanço rumo ao novo, ao moderno, na construção de uma nação viva capaz, de conquistar definitivamente seu espaço na história.

O País viveu intensamente a aflição da doença e vive até hoje com emoção maior a morte do Dr. Tancredo Neves como se fora a angústia de quem perdeu seu pai, mais do que o timoneiro que o conduziu pelos caminhos da esperança. O caminho foi traçado por ele. Segui-lo não foi somente dever de todos os brasileiros, foi homenagem que os brasileiros de todos os quadrantes prestaram à aquele homem simples de São João Del-Rei, que na tradução mineira e cristã soube encontrar o traço que hoje nos une na adversidade para construir um futuro melhor, e, que seu exemplo seja a inspiração de todos nós, banhada a luz da esperança a face do Brasil. Cabe lembrar, com saudade e pesar, o ilustre homem público que por mais de quatro décadas teve participação importante nas grandes decisões nacionais.

Por estranhos desígnios da providência Divina, a Nação se sentiu órfã no exato momento em que se preparava para trilhar triunfante os caminhos que a conduziriam a nova República.

A morte do Dr. Tancredo Neves, em 23 de abril quando o esquife com o grande morto viajou para Minas Gerais, logo se constatou que a Nova República por

Dr. Tancredo Neves poderia começar a ser construída sem ter de enfrentar imediatos sobressaltos políticos e sociais. Ele completara o trabalho de conciliação antes de regressar para sempre à sua terra natal - às Minas Gerais que haviam moldado o temperamento e o caráter de Tancredo Neves.

O político mineiro se destaca, no conjunto dos políticos brasileiros, por aquilo que chamamos mineiridade, afirmou certa vez. A história do Brasil também registra a passagem de figuras que vindas de Minas Gerais, não merecem definições assim generosas, mas o Dr. Tancredo certamente as merecia, embora se qualificasse como um homem comum. Não tenho nenhum traço de excepcionalidade disse ele certa vez. As minhas virtudes são poucas escassas, mas também não tenho como me envergonhar de meus defeitos.

No dia 23/04/85, depois de ter permanecido algumas horas no Palácio da liberdade, em Belo Horizonte, para que a população da Capital dele se despedisse. O caixão com o cadáver do Dr. Tancredo chegou a São João Del-Rey, a histórica Cidade onde o Presidente nascera. Em sua longa trajetória pela cena brasileira, que o levara para longe de São João Del-Rey ao transformá-lo em figura nacional, ele jamais deixará de exibir as marcas de origem e de orgular-se delas.

No dia 25/05/38, o advogado Tancredo Neves, se casara com Dona Risoleta Tolentino, jovem de 21 anos, a única mulher entre seis filhos do casal Quintino Alves Tolentino e Maria Guimarães Tolentino, sólidos fazendeiros do Município de Claudio. A festa teve por cenário a Fazenda da Mata, o reinado da família Tolentino, onde Dona Risoleta vivera até os 10 anos de idade, quando dali saiu para estudar em São João Del-Rey. Foi como jornalista do Colégio Nossa Sra. das Dores que conheceu o Dr. Tancredo Neves, Promotor de Justiça. Eles nunca mais viveram separados. Com, casamento Tancredo teria três filhos: Tancredo Augusto, Maria do Carmo e Inês Maria.

A morte do Dr. Tancredo Neves, traumatizou toda nação, mas ao mesmo tempo fez unir forças para a trajetória para a esperança.

REQUERIMENTO Nº 1559

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, envio de pesar da Assembleia Legislativa à família de João Antonio da Mata, pai de sete filhos, entre os quais o atual Prefeito do Município de Altônia, Pedro Nunes da Mata.

Sala das Sessões, em 13/04/09.

(a) FERNANDO SCANAVACA

REQUERIMENTO Nº 1560

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário REQUER voto de pesar pelo falecimento de Romeu Urbano Pinheiro, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 13/04/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1561

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário REQUER voto de pesar pelo falecimento de Brasília Ribeiro da Luz, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 13/04/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1562

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário REQUER voto de pesar pelo falecimento de Durval Antunes Machado, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 13/04/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1563

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário REQUER voto de pesar pelo falecimento de Natalia Burkner, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 13/04/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1564

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário REQUER voto de pesar pelo falecimento de Hilda Luzia Brandboi, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 13/04/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1565

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário REQUER voto de pesar pelo falecimento de Francisca Vidal Ferreira, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 13/04/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1566

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário REQUER voto de pesar pelo falecimento de Ary Ferreira, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 13/04/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1576

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do ex-Deputado Estadual Wilson Figueiredo Fortes ocorrido dia 10/04/09.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência a família enlutada.

Sala das Sessões, em 13/04/09.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Aos 73 anos de idade, faleceu o ex-Deputado Estadual Wilson Figueiredo Fortes. Deixou viúva a Sra. Maria de Lourdes Toni Fortes, deixou também cinco filhos e sete netos.

Era filho de Cândido Berthier Fortes e Dácia Figueiredo Fortes.

Nasceu em 09/07/35 em Jacarezinho. Era engenheiro agrônomo e técnico em contabilidade. Dedicou-se a agricultura e a pecuária.

Foi Deputado Estadual nas seguintes legislaturas: 1971-1975; 1975-1979; 1979-1983; 1983-1987.

Foi Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, ocasião em que concedeu o Abono de Natal de 03 (três) salários-mínimos a todos os funcionários da ativa e aos inativos deste Poder, pela Resolução nº 02 de 20/02/74.

O passamento do ex-Deputado Wilson Fortes veio abrir enorme lacuna no seio da família bem como de seu vasto círculo de amigos dentre eles este Deputado.

Um vácuo imenso nos invade a alma e nossa inteligência recusa-se a acreditar no inevitável. Mas tal é a condição humana, viver, lutar e morrer.

Sua família, a família que o adorava tanto - despediu-se em lágrimas, dizendo que pode descansar tranquilo pois, saberão honrar seu nome e cultuar sua memória.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, através deste Deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Figueiredo Fortes endereçando à ela, voto de profundo pesar rogando a Deus que a todos conforte.

REQUERIMENTO Nº 1555

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao Município de Quarto Centenário pela passagem, no próximo dia 29 de abril, do seu 13º aniversário de emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência ao Exmo. Sr. Osvaldo Ishikawa, Prefeito Municipal, ao Vice-Prefeito, Sr. Luiz Antonio de Almeida, bem como a todos os Srs. Vereadores para que

em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a laboriosa população de Quarto Centenário.

Sala das Sessões, em 13/04/09.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

A população do Município de Quarto Centenário, que estará completando seu 13º aniversário de emancipação política no próximo dia 29/04/09, sente-se deveras reconhecida pelo esforço, dedicação e inteligência dos seus administradores.

Procedessem assim, todos os administradores, Prefeitos, Vice-Prefeitos, Vereadores e funcionários, não andaria o povo tão descrente da ação de seus mandatários.

Fazer política não é aproveitar-se dos cargos, quer para lisonjear vaidades, quer pelo intuito imoral de se aproveitar da situação em benefício próprio.

Não só do pão material vive o homem, mas por igual do pão e do espírito.

Deve orgulhar-se, portanto, a sociedade em legar aos pósteros este exemplo de virtude para que lhes sirva de modelo e estímulo.

Ao contentamento da população de Quarto Centenário, une-se o Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste Parlamentar, como representante do povo, pois, estamos felizes todos nós que vemos hasteada a bandeira da esperança no templo do progresso.

REQUERIMENTO N° 1556

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao Município de Porto Rico, pela passagem, no próximo dia 21/04/09, de seus 45 anos de emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência ao Exmo. Sr. Walter Romão de Oliveira, Prefeito Municipal; ao Vice-Prefeito, Sr. Evaristo Ghizoni Volpato, bem como a todos os Srs. Vereadores, para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a população de Porto Rico.

Sala das Sessões, em 13/04/09.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Toda a população, do Município de Porto Rico, com grande alegria, estará comemorando, no próximo dia 21/04/09, seus 45 anos de emancipação política.

Através desta proposição, cumprimos seu povo honesto e trabalhador que sempre tem colaborado para o engrandecimento do Município.

Temos fé inabalável em que nossas forças irmanadas venham a servir de arcabouço permanente para o progresso e bem estar crescente da população de Porto Rico. Não se trata de um simples sonho, mas de consciente opção pelas soluções em favor de todos, que se fundam

na tolerância, no respeito mútuo, em concessões recíprocas, em transações honrosas preservando e mantendo os valores fundamentais da ética e da democracia.

O Sr. Prefeito Walter Romão de Oliveira e o Vice-Prefeito Evaristo Ghizoni Volpato, muito têm feito em favor da população portorriquense, e, continuarão fazendo através de um trabalho sério e incansável batilhando para garantir o desenvolvimento do Município, o bem estar e a qualidade de vida de seus munícipes.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste Parlamentar, sente-se honrado em parabenizar a população de Porto Rico pela comemoração de seus 45 anos de emancipação política.

REQUERIMENTO N° 1557

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao Município de Capitão Leônidas Marques, pela comemoração, no próximo dia 28/04/09, de seus 45 anos.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Exmo. Sr. Claudiomiro Quadri, Prefeito Municipal, ao Vice-Prefeito, Sr. Décio Dallabrida, bem como a todos os Srs. Vereadores para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a laboriosa população de Capitão Leônidas Marques.

Sala das Sessões, em 13/04/09.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

No transcurso da significativa data da comemoração do 45º aniversário do Município de Capitão Leônidas Marques, associamo-nos às justas manifestações de júbilo de toda a população augurando prosperidade e muito sucesso.

As conquistas alcançadas pelo Município em parceria com o Governo do Estado dão provas de que é com muito trabalho e dedicação que serão atingidos todos os objetivos propostos.

Temos certeza que o compromisso da atual administração é trabalhar para fazer cumprir o seu papel gestor, garantindo o desenvolvimento da Cidade, o bem estar e a qualidade de vida da população. Pois, cremos que as dificuldades no decorrer desses 45 anos foram muitas, porém, as realizações também foram em número expressivo.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste Parlamentar, sente-se honrado em parabenizar toda a população de Capitão Leônidas Marques na festiva data da comemoração de mais um aniversário.

REQUERIMENTO N° 1558

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Ple-

nário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao Município de Guaratuba pela comemoração, no próximo dia 29/04/09, de seus 238 anos.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência à Exma. Sra. Evani Cordeiro Justus, Prefeita Municipal, ao Vice-Prefeito, Sr. José Ananias Santos Júnior bem como a todos os Srs. Vereadores para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a laboriosa população de Guaratuba.

Sala das Sessões, em 13/04/09.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

É com muito orgulho que toda a população de Guaratuba irá comemorar festivamente, no próximo dia 29/04/09, a passagem de seus 238 anos. Assim sendo, elevamos nosso pensamento a Deus para que abençoe seus administradores e toda a população que tem colaborado para o desenvolvimento cada vez maior do Município.

Devemos destacar, nesta oportunidade, o Projeto de Lei nº 681/07 de 17/09/07, de nossa autoria, que foi aprovado pela Assembleia Legislativa do Estado do Paraná e, sancionado pelo Sr. Governador Dr. Roberto Requião, referente a isenção do pagamento da taxa para a travessia do ferry-boat de Guaratuba, uma vez por dia, ida e volta aos veículos pertencentes e emplacados no Município de Guaratuba. Esta isenção alcançou grande vantagem para sua laboriosa população.

Falemos um pouco sobre Guaratuba:

O nome Guaratuba vem do tupi e significa “muitos guarás”. O Guará é o nome de uma ave de plumagem vermelha que existia em abundância no Litoral e Tuba, na linguagem indígena, quer dizer grande quantidade.

Alguns afirmam que os primeiros colonizadores chegaram a Guaratuba em 1656. Mas os registros oficiais atestam que a Cidade foi criada como resultado de uma política do colonizador português para criar o maior número de Cidades pelos cantos do Brasil, assegurando sua presença no território. Assim, em 05/12/1765, Dom Luís enviou um grupo de 200 casais para cultivar a terra e formar a povoação.

Até 1820 a Cidade pouco se desenvolveu, sendo descrita pelo naturalista francês Auguste de Saint-Hilaire como “uma insignificante Cidade composta de não mais de 40 casas, sendo que 15 delas formam um semicírculo à beira da angra. As mais antigas não passam de miseráveis casabres de paus cruzados e em péssimo estado”.

A maioria de seus 900 habitantes eram mestiços, portugueses e índios, que se alimentavam de peixe e farinha de mandioca e se vestiam com calção de algodão, uma camisa solta e um chapéu. Alguns tinham o hábito de comer terra, talvez pela alimentação pobre em nutrientes. Apesar da pobreza Guaratuba tinha importância estratégica, por ser a Cidade mais ao sul da província de São Paulo.

Em 20/10/68 o Município de Guaratuba foi extinto, passando a ser um distrito de Paranaguá. Mas, em 10/10/47, Guaratuba voltou a existir como Cidade.

Marca sua história, o dia 22/09/68, quando a força do mar engoliu parte do centro da Cidade e várias quadras afundaram.

Artesanato: Além do artesanato produzido para o trabalho e a vida diária dos pescadores, os artesãos de Guaratuba trabalham produzindo artesanato para vender, como lembrança, aos milhares de turistas que visitam o balneário todos os anos. O local onde se reúnem os artesãos da Cidade é a Feira do Artesanato, que acontece diariamente, durante a temporada, em frente a Igreja Matriz.

Guaratuba como outras Cidades, também possui suas lendas, como da (Pombinha Prateada, lenda do Brejatuba), suas crenças, hábitos e costumes e suas festas populares.

Cremos que as dificuldades, no decorrer dos 238 anos foram muitas, mas, com certeza, as realizações também foram em número expressivo.

Parabenizamos, portanto, todos aqueles que congregam os mesmos desejos de evoluir e alcançar novos horizontes através de um trabalho sério voltado aos interesses da população guaratubana.

REQUERIMENTO Nº 1569

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a apresentação de voto de congratulações ao Município de Palmas, ao Poder Público Municipal e toda sua população pela passagem dos 130 anos da emancipação da Cidade, a ser comemorado no dia 14 de abril próximo.

Sala das Sessões, em 13/04/09.

(a) VALDIR ROSSONI

JUSTIFICATIVA:

Atualmente com cerca de 40 mil habitantes a Cidade de Palmas comemora neste dia 14 de abril seu 130º aniversário de emancipação política. Desmembrada da Cidade-Pólo de Guarapuava em 1879, Palmas destaca-se pelo crescimento do setor fabril e também pelas florestas de pinus e o seu extrativismo feito com responsabilidade ambiental por várias empresas do segmento de compensados.

Palmas destaca-se também a produção de maçãs que em grande parte é exportada para vários Países europeus, além da sojicultura e também da produção de energia eólica, mostrando seu perfil de compromisso com o meio ambiente.

Assim espero contar com o apoio dos nobres Pares desta Casa de Leis para o envio dos votos de congratulações ao Município de Palmas pelo seu 130º aniversário.

Prefeita de Palmas: Dra. Joana D’Arc Franco Araújo e Presidente da Câmara de Vereadores: Nilo Umberto Deitos Júnior.

REQUERIMENTO N° 1572

Senhor Presidente:

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais REQUER, por meio desta e após a apreciação pelo Plenário desta Casa de Leis, que seja enviado um voto de congratulação à Sra. Maria José do Nascimento, pelo respeitável reconhecimento do melhor caso de empreendedorismo feminino do Brasil na categoria Micro e Pequena Empresa concedido pelo SEBRAE.

Da decisão desta Casa, dê-se conhecimento à própria homenageada no seu endereço comercial.

Sala das Sessões, em 13/04/09.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

Apoiamento:

Antonio Anibelli

JUSTIFICATIVA:

O requerimento que ora apresento a esta Casa Legislativa tem por objetivo o reconhecimento do trabalho realizado pela Sra. Maria José do Nascimento que tem, de forma brilhante, sua atividade laboral, servindo de exemplo a ser seguido por esta e as próximas gerações.

Competindo com mais de 2 mil 667 empresários de todo o Brasil, cerca de 400 empreendedoras paranaenses, ao Prêmio SEBRAE Mulher de Negócios Nacional, nossa homenageada, de Peabiru, Noroeste do Estado, foi escolhida como o melhor caso de empreendedorismo feminino do Brasil na categoria Micro e Pequena Empresa. A escolha deu-se pelo reconhecimento de seus trabalhos em ter transformado a pequena empresa familiar KL Reymann, criada em 1995, em uma fábrica com 82 empregados e 180 clientes em todo o Brasil. Um marco louvável, com certeza.

O Prêmio SEBRAE Mulher de Negócios é uma iniciativa do SEBRAE Nacional, Federação das Associações de Mulheres de Negócios e Profissionais do Brasil (BPW), Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), do Governo Federal, e Fundação Nacional da Qualidade (FNQ), com o objetivo de estimular e valorizar o empreendedorismo feminino em todo o Brasil.

Aos 42 anos e formada em Letras, nossa homenageada, da KL do Brasil Componentes Elétricos Ltda., é uma empresária bem sucedida em Peabiru.

Começou a trabalhar aos 11 anos, quando foi morar em São Paulo. Deu duro até que conseguiu o primeiro emprego com carteira assinada, no ‘chão de fábrica’ de uma empresa do ramo de resistências elétricas. Antes disso, foi babá e fez faxina, enquanto concluía o colegial. Nas horas de folga, comercializava o crochê e o tricô que produzia. Maria José administrou ainda uma pequena usinagem, do ex-marido, como funcionária.

O negócio próprio nasceu há 14 anos. A KL do Brasil emprega hoje cerca de 80 funcionários e fornece seus produtos para o mercado nacional e internacional. Maria José, que tem um sócio, levou para a fábrica seu espírito empreendedor e sempre procura inovar, dar oportu-

nidades para as pessoas que, assim como ela, buscam realização e independência.

Dos 82 funcionários, aproximadamente 15 mulheres estão envolvidas diretamente na linha de produção, o que ainda é incomum nesse ramo.

O reconhecimento do bom trabalho e da boa prática social da Sra. Maria José do Nascimento sempre representará um orgulho para o Município, para toda a região, para o nosso querido Estado do Paraná e para o País, sem dúvida alguma, a sua regularidade e constância representa com toda a sua excelência e qualidade profissional a exaltação de nossa gente.

Ante o exposto, solicito dos meus ilustres Pares a aprovação deste requerimento.

REQUERIMENTO N° 1549

Senhor Presidente:

O Deputado Stephanes Júnior, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER votos de louvor e congratulações à professora Sheila Marize Toledo Pereira, Chefe do Núcleo Regional de Educação de Curitiba.

Sala das Sessões, em 13/04/09.

(a) STEPHANES JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

Sheila Marize Toledo Pereira, professora, licenciada no curso de Filosofia pela Universidade Federal do Paraná, com pós-graduação em Planejamento Educacional, já atuou em diversas escolas de Curitiba, atualmente exerce o cargo de Chefe do Núcleo Regional da Educação de Curitiba.

Parabenizo pela maneira cortês e eficiente, atuando sempre de forma ímpar, e com total dedicação na área educacional.

REQUERIMENTO N° 1550

Senhor Presidente:

O Deputado Stephanes Júnior, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER votos de louvor e congratulações ao Hospital IPO - Instituto Paranaense de Otorrinolaringologista.

Sala das Sessões, em 13/04/09.

(a) STEPHANES JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

O Instituto Paranaense de Otorrinolaringologista - IPO começou a escrever sua história de sucesso e profissionalismo em outubro de 1992. Um grupo de professores da Universidade Federal do Paraná com a mesma filosofia e competência de trabalho se uniu para criar um Centro Especializado. O objetivo era disponibilizar todos os procedimentos ligados à Otorrinolaringologia, Otorrinopediatria e Cirurgia Plástica Facial através de consultas, exames, procedimentos ambulatoriais e cirúrgicos.

Devido ao aumento do número de pacientes em busca de um atendimento especializado e de qualidade, e também diante dos avanços científicos e tecnológicos, em pouco tempo o IPO cresceu. Ampliou o número de médicos, profissionais e colaboradores até que em junho do

ano 2000 deu um importante passo na sua história. Inaugurou o Hospital IPO, um edifício de aproximadamente 11 mil m2 distribuídos em 10 andares, 6 centros de tratamento e estacionamento próprio.

Percebendo a necessidade de seus pacientes por um atendimento imediato em caso de emergência e outras complicações relacionadas ao nariz, orelhas e garganta foi criado o único pronto-atendimento 24 horas da especialidade de Otorrinolaringologia de Curitiba e região.

Além do Hospital IPO localizado no bairro Água Verde, o grupo IPO conta com mais de 30 unidades de atendimento distribuídas em locais estratégicos de Curitiba, Araucária, Campo Largo, Colombo, Palmeira, Paranaguá, São José dos Pinhais, São Mateus Sul, Pinhais, etc. E também em Santa Catarina, com uma unidade em Balneário Camboriú e Blumenau.

Com o passar dos anos diversos profissionais de áreas relacionadas à Otorrinolaringologia, Otorrinopneumologia e Cirurgia Plástica Facial se somaram à equipe médica. O Hospital IPO oferece aos seus pacientes um atendimento multidisciplinar, ou seja, a união de vários profissionais das áreas de: Cardiologia, Cirurgia de Cabeça e Pescoço, Fonoaudiologia, Gastroenterologia, Nutrologia, Odontologia e Pneumologia, entre outras, com o intuito de diagnosticar e tratar as doenças otorrinolaringológicas da melhor forma possível.

Parabenizo o Hospital IPO que faz parte de uma história, nascendo de um ideal em comum e buscando arduamente por informações e transformando-as em aprendizado. Vem investindo numa nova cultura empresarial objetivando o crescimento pessoal e profissional tanto dos médicos como dos seus colaboradores, para continuar oferecendo um atendimento com qualidade.

REQUERIMENTO N° 1551

Senhor Presidente:

O Deputado Stephanes Júnior, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER votos de louvor e congratulações ao Sr. Ramiro Sílvio Soares Pereira, superintendente filial Curitiba do Banco Industrial do Brasil S/A.

Sala das Sessões, em 13/04/09.

(a) STEPHANES JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

Ramiro Sílvio Soares Pereira, administrador, superintendente filial Curitiba do Banco Industrial do Brasil, tem uma carreira de 30 anos no mercado financeiro, atuando em instituições financeiras nacionais e internacionais, vem ampliando, desde 2005 a atuação do Banco Industrial do Brasil no Estado do Paraná, inaugurando filial da instituição em Curitiba, com foco no desenvolvimento de negócios junto a empresas de médio porte, com linhas de financiamento para as mesmas no mercado interno e externo.

REQUERIMENTO N° 1552

Senhor Presidente:

O Deputado Stephanes Júnior, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER votos de louvor e congratulações ao Sr. Carlos Alberto Mansur, Presidente do Banco Industrial do Brasil S/A.

Sala das Sessões, em 13/04/09.

(a) STEPHANES JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

O Banco Industrial tem sua sede em São Paulo, iniciou suas atividades em 1988 com a denominação de Banco Santista de Investimentos S/A (braço financeiro do Grupo Bunge) e, em janeiro de 1994, após ser adquirido pelo empresário Carlos Alberto Mansur, alterou sua razão social para Banco Industrial do Brasil S/A. Como banco múltiplo, atua com carteiras comercial, investimento, financeiro e câmbio. Define-se como um banco de crédito voltado ao mercado de pequenas e médias empresas com atuação concentrada na grande São Paulo. Possui as empresas ligadas: DTVM, Administradora de Cartões e Consultoria. Em setembro de 2003, ocorreu uma reestruturação societária que incluiu a incorporação pelo banco das empresas de Fomento e Arrendamento Mercantil, passando a oferecer na modalidade através da carteira do próprio banco. Desde 2005, passou a conceder crédito consignado para funcionários públicos e aposentados do INSS.

REQUERIMENTO N° 1553

Senhor Presidente:

O Deputado Stephanes Júnior, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER votos de louvor e congratulações aos 140 anos do Clube Concórdia.

Sala das Sessões, em 13/04/09.

(a) STEPHANES JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

O gosto pelas artes, especialmente música, foi uma característica que os imigrantes germânicos trouxeram e mantiveram. Exatamente com este espírito é que fundaram em 04/04/1869 o Gesangverein Germânia estabelecendo como objetivos a música, a cultura, o divertimento e uma caixa de socorro a sócios indigentes e enfermos. Somente após 1915, foram admitidos sócios que não dominavam o idioma alemão.

Parabenizo o Clube Concórdia pelos 140 anos, consolidando-se como o mais antigo clube social do Paraná.

REQUERIMENTO N° 1573

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Sr. Eloir José Golemba pelo livro Meu táxi não fala... Ah se falasse.

Sala das Sessões, em 13/04/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Sr. Eloir José Golemba pelo livro “Meu Táxi não fala... Ah se falasse”, taxista e agora escritor, que relata neste seu primeiro livro, o dia de sua profissão, com muitas histórias narradas pelos passageiros, produzindo crônicas, algumas delas hilariantes e outras emocionantes, tendo um material vasto, o alcance e o sucesso desta edição demonstra que o autor tem um dom natural para a literatura, tem a qualidade dos escritores com visão e o esforço do taxista que produziu uma obra independente.

REQUERIMENTO Nº 1574

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Escritório Maranhão de Loyola e Nogueira Advogados Associados pelos 10 anos.

Sala das Sessões, em 13/04/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Escritório Maranhão de Loyola e Nogueira Advogados Associados pelos 10 anos, que apresenta ampla estrutura organizacional trazendo soluções para pessoas jurídicas, tendo como princípio a busca de soluções seguras atuando com zelo e ética para a preservação dos interesses de seus clientes, de seu patrimônio bem como dos seus sócios, com atendimento personalizado nas áreas do direito empresarial e público, oferecendo atendimento técnico jurídico no direito administrativo, civil, tributário, aduaneiro, ambiental e mineário de forma eficiente dinâmica e personalizada, visando resguardar os interesses das empresas clientes, antecipando e gerando resultados, a fim de ser reconhecido como sinônimo de eficiência na área jurídica.

REQUERIMENTO Nº 1575

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações a Srta. Suelen Cibele dos Santos França.

Sala das Sessões, em 13/04/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem a Srta. Suelen Cibele dos Santos França, vencedora do concurso de desenho com o tema “Como melhorar o bairro onde moro”, realizado na Páscoa da Cidadania, onde ela transmite de forma clara e direta, as necessidades não só dela, mas de toda a comunidade, demonstrando assim, apesar de pouca idade, a sua preocupação para com o semelhante, pois suas sugestões feitas através do desenho são para o benefício da região em que vive, abrangendo a segurança, a diversão e principalmente as crianças.

REQUERIMENTO Nº 1577

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações a Srta. Grasielle Soares Oliveira Friensen.

Sala das Sessões, em 13/04/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem a Srta. Grasielle Soares Oliveira Friensen, vencedora do concurso de redação com o tema “Como melhorar o bairro onde moro”, realizado na Páscoa da Cidadania, onde ela transmite de forma clara e direta, as necessidades não só dela, mas de toda a comunidade, demonstrando assim, apesar de pouca idade, a sua preocupação para com o semelhante, pois suas sugestões são para o benefício da região em que vive, abrangendo a segurança, a diversão e principalmente as crianças.

REQUERIMENTO Nº 1578

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações a Sra. Adelaide Izidro Lino.

Sala das Sessões, em 13/04/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem a Sra. Adelaide Izidro Lino, auxiliar de enfermagem, que trabalhou com idosos numa instituição religiosa, recebeu seu primeiro paciente em casa, tendo logo em seguida dedicado-se exclusivamente ao lar que leva o seu nome, contando somente com a ajuda de sua família, passou a abrigar idosos e deficientes, possibilitando a eles melhoria na qualidade de vida, propiciando assistência social material, moral, proteção, lazer e repouso a vários internos com limitações, dedicada, demonstra que com amor e perseverança, é possível auxiliar ao próximo e ajudar a sociedade a ser mais humana.

REQUERIMENTO Nº 1579

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações a Sra. Christina Araujo.

Sala das Sessões, em 13/04/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem a Sra. Christina Araujo, formada em jornalismo pela Universidade Federal do Paraná, tornou-se artista plástica, ceramista e fotógrafa, participou de vários salões, exposições individuais e coletivas, que está abrindo a mostra de fotografias Canal do Varadouro, onde retrata os locais paradisíacos e preservados que leva ao conhecimento de todos através de sua arte, a arte de saber transmitir a beleza, a pureza, o significado da vida em uma lente de câmera bem focada, contando a história sem retoques, com imagens e personagens.

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 156/09
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica concedido o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Sr. Carlos Roberto Massa.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 13/04/09.

(a) CARLOS SIMÕES

Apoiamento:

Alexandre Curi

JUSTIFICATIVA:

Carlos Roberto Massa, mais conhecido como Ratinho, nasceu em Águas de Lindóia situada a 180 km de São Paulo e 8 quilômetros antes da divisa de Minas Gerais, no dia 15/02/56. Contudo, foi aqui no Estado do Paraná, na cidade de Jandaia do Sul, que viveu sua infância e juventude, e onde também, deu início a sua promissora carreira de locutor e apresentador.

Ratinho, é hoje um dos homens mais populares e polêmicos da televisão brasileira, graças ao enorme sucesso que fez com seus programas, na década de 90. Iniciou sua carreira como radialista e o apelido de Ratinho o acompanha desde a infância, época em que começou a ser chamado assim por dar sumiço nas bolas de partidas de futebol de várzea, onde os jogadores o apelidaram em função da sua rapidez e agilidade. Na televisão iniciou sua carreira como repórter policial, passando a apresentar um programa com o mesmo estilo irreverente na Rede Record, onde alavancou sua carreira o que lhe rendeu o contrato no SBT. Na década de 90 também contribuiu com a política brasileira tendo, sido eleito Deputado Federal pelo PRN.

Em 2008, Carlos Massa através da compra das emissoras de TV do Grupo Paulo Pimentel afiliadas ao SBT, formou a Rede Massa de Comunicação que é um grupo de mídia paranaense com sua sede em Curitiba e conta com quatro emissoras afiliadas ao SBT: TV Iguazu em Curitiba, TV Tibagi em Apucarana, TV Cidade em Londrina e TV Naipi em Foz do Iguazu, contribuindo grandemente com a comunicação no Estado do Paraná.

Senhoras e senhores Deputados, apresento o presente título de Cidadão Honorário ao Sr. Carlos Roberto Massa, pelo seu mérito em contribuir grandemente na divulgação de informações com tecnologia de ponta e responsabilidade não só ao Estado do Paraná como a todo o País.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

Antes de conceder a palavra ao primeiro orador inscrito, esta Presidência comunica ao Plenário o falecimento do ex-Presidente desta Casa, Deputado Wilson

Figueiredo Fortes, ocorrido no sábado. Deputado com 73 anos, nascido em Jacarezinho e representante da Região Noroeste do Paraná, da região de Paranavaí. Wilson Fortes foi Deputado, Secretário de Estado por cinco legislaturas e foi Presidente desta Casa.

Infelizmente, nos dias de feriado, todos viajando, não sabíamos e nem pudemos prestar a homenagem a este homem que fez muito pelo Paraná e teve uma carreira exemplar. Um grande amigo, grande companheiro da nossa política, os ex-Deputados ficam na memória, a sua atuação como grande Presidente desta Casa. Esta Presidência mandará elaborar um voto de pesar e determinará luto oficial desta Casa por três dias.

Pequeno Expediente:

Deputado Reni Pereira com a palavra no Pequeno Expediente.

Deputado Reni Pereira (PSB)

O SR. RENI PEREIRA

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, imprensa.

Hoje quero fazer um discurso de elogios. Antes não posso aqui deixar de lembrar que acabei de ouvir na voz do 2º Secretário, Deputado Nishimori, a leitura da ata da Sessão anterior, em que consta a aprovação de um requerimento para a SANEPAR.

Esse requerimento solicita quais os Municípios que celebraram convênio com a SANEPAR para a cobrança da taxa de lixo junto com a taxa de água. Qual o critério, quanto é que a SANEPAR fica, qual é o valor que é repassado pelas Prefeituras, qual a periodicidade desse repasse. Paralelo a isso, nós, já há quase três meses, quando denunciemos essa cobrança abusiva por parte da SANEPAR, procuramos o Ministério Público do Estado do Paraná, que abriu inquérito civil público e está a chegar a uma conclusão quanto a essa cobrança abusiva.

Nós acompanhávamos nesse final de semana algumas notícias, e sem entrar aqui no mérito do Deputado A e B, o Deputado Líder do PMDB, pelo menos saiu uma notinha, não sei se corresponde a uma afirmação dele, mas em partes essa afirmação que foi veiculada na imprensa escrita do Paraná, eu quero elogiar.

O Deputado se queixava da prática de alguns Parlamentares, que através de indicações saem nos Municípios dizendo: “Estou trazendo isso ou aquilo.” Não quero entrar no mérito, até pelo respeito que tenho por ambos os Parlamentares citados nessa matéria, mas quero elogiar se foi verdadeira a parte desse comentário do Deputado Waldyr Pugliesi, porque realmente o Parlamento é muito rico, como diz o Deputado Luiz Carlos Martins, muitos dos que aqui passaram só descobriram a força do Parlamento depois que haviam saído daqui. Quero elogiar parte dessa citação atribuída ao Deputado Waldyr Pugliesi, porque realmente vários Deputados aqui, a

Deputada Luciana Rafagnin está encampando uma luta através da Comissão do Meio Ambiente e Agricultura, que na sequência quero também falar. Vários Deputados têm atuações distintas, o Deputado Elton Welter já esteve aqui num episódio em relação aos produtores de feijão, que culminou com a redação da alíquota.

Quer dizer, podemos contribuir muito com o Estado do Paraná, independente de quem seja o Governador. E nesse episódio da SANEPAR, que aprovamos um requerimento para que ela identifique, vai ser muito importante para o Estado do Paraná, porque quero aqui citar e elogiar que devido à repercussão na imprensa da denúncia que foi feita aqui nesta Casa, que vários Deputados levaram essa denúncia até os seus Municípios, a repercussão que teve fez com que a população de Foz do Iguaçu pressionasse a Câmara dos Vereadores, por que é que aquele Município cobrava essa taxa. Havia uma autorização, nenhuma Prefeitura celebra convênio com a SANEPAR sem autorização legislativa. A Câmara de Vereadores de Foz do Iguaçu aprovou, por unanimidade, na semana passada, uma lei revogando esse convênio.

Este Parlamento contribui para que o Estado do Paraná, para que a população, e a visibilidade que tem neste Parlamento é bem maior que uma Câmara de Vereadores, do que uma Cidade isolada com seus problemas.

Então, independente da solução que tenho certeza esta semana ou no mais tardar semana que vem, o Ministério Público dará em definitivo, em relação à SANEPAR, pela atuação da Comissão de Defesa do Consumidor desta Casa, alguns Municípios já estão, face à pressão da população, adotando esta solução.

Quero elogiar aqui a postura de todos os Vereadores da Cidade de Foz do Iguaçu, mesmo aqueles da bancada de apoio ao Prefeito, que se sensibilizaram de que essa cobrança é abusiva e com base no Código de Defesa do Consumidor, a mesma fundamentação legal que denunciemos aqui está suspendendo, através de uma nova lei municipal, este convênio.

Quero, por fim, Deputado Antonio Anibelli, V. Exa, que é do PMDB, elogiar o Governador do PMDB do Sul do Brasil, que teve a coragem e a sensibilidade de estar ao lado da coerência, dos pequenos agricultores e fazer aquilo que compete ao homem público: ter a sensibilidade de ser coerente, muitas vezes, com aquilo que pensa e não se submeter a pressões internacionais ou nacionais. Infelizmente este elogio é para um Governador do PMDB do Sul do País, ainda não é para o Governador do Paraná. Mas, tenho certeza de que este elogio que faço ao Governador de Santa Catarina, terei oportunidade de fazer para o Governador do Paraná. E porque faço ao Governador de Santa Catarina? Porque há alguns dias ele encaminhou para a Assembleia Legislativa o Código Estadual do Meio Ambiente e estabeleceu outras providências.

Isto é muito importante, porque a sensação que os pequenos agricultores de Santa Catarina sentiram através dessa lei, é que o Poder Público, o Governador, estava ao lado deles. Então, espero fazer este mesmo elogio em

relação ao Paraná. Porque como falei no início, a Deputada Luciana Rafagnin, há poucos dias, me procurou para que eu fosse signatário de um requerimento para fazermos várias Audiências Públicas no Estado do Paraná para debatermos o SISLEGIS.

O que é o SISLEGIS? É esta imposição para que se recomponha a reserva legal de 20% de área reflorestada na própria propriedade.

Deputado Elton Welter, V. Exa. que é do Oeste do Paraná, falo em nome dos dois, que com certeza não é diferente das outras regiões do Estado do Paraná.

Passa a usar o horário da Liderança do Bloco PSB/PRB/PV

Estas Audiências que faremos em todo o Estado do Paraná vão demonstrar exatamente isso: que falta sensibilidade e coerência quando se legisla, principalmente nesta questão do meio ambiente. Por que falo isso? Porque muitas vezes uma legislação elaborada não reflete a realidade e a necessidade daqueles, principalmente pequenos agricultores que há décadas conservam, por opção, não por imposição sua reserva legal. E conservaram a mata ciliar não porque existia lei, mas por que eles entendiam que era necessário deixar para seus netos.

E o que se cria, hoje, através da imposição legal, é na verdade um medo do Estado e não um respeito à natureza. E é justamente isso e tenho certeza de que nestas Audiências Públicas que faremos no Oeste, no Sudoeste, na região central, provavelmente no Norte Pioneiro e em tantas outras regiões do Paraná que manifestaram interesse, ouviremos que é muito mais eficaz para o Governo ouvir do que impor, que vamos avançar neste debate.

Falo isso com a propriedade de um dos representantes do Município de São Miguel do Iguaçu. Vou citar o que aconteceu naquela Cidade: logo que os agricultores vieram para o Paraná, milhares vieram para Sudoeste e para o Oeste colonizar. Eles recebiam terras aqui e o Banco do Brasil financiava, mas desde que desmatassem tudo, não poderia deixar nada, porque o financiamento era para desmatar. E daí, alguns teimaram e, por coerência, por amor e convicção deixaram algumas reservas, porque se fosse pelo Poder Público, revestido através do financiamento, teriam zerado, acabado com tudo, inclusive com o parque nacional.

Por que falo do parque nacional? Porque a primeira comunidade, depois de passar o rio Iguaçu, era uma comunidade que não existe mais, São José do Iguaçu, que pertencia a Município de São Miguel do Iguaçu. Com a criação do Parque Nacional do Iguaçu, o INCRA retirou todos eles do parque e mandou para o lado do Município, na barranca do rio Paraná. Pois bem, na barranca do Paraná, alguns anos depois, veio o lago de Itaipu e novamente deu uma remanejada. Novamente, criou-se uma mata ciliar, com mais uma reserva indígena, e na época que houve esse remanejamento, foi em um esquema de colônia, tanto é que o nome dessa comunidade é Comunidade do

INCRA, e existia uma reserva de mata nativa comunitária remanescente para todos eles, e essa reserva ficou em baixo de um lago mas não foi por culpa deles e hoje eles estão, através do SISLEGIS, são uns dos milhares de paranaenses que, graças à incoerência e à incompreensão da realidade, estão tendo a imposição de recompor a sua área de 20%.

Concedo um aparte a Deputada Rosane Ferreira.

A Sra. Rosane Ferreira (PV)

Obrigada, Deputado.

Enquanto o senhor estava fazendo o seu pronunciamento, eu prestava bastante atenção e, ao mesmo tempo, sobre a minha mesa está Lei nº 2100, da Prefeitura Municipal de Extrema, que acabei de retirar da internet para que possamos estudar essa matéria. Participei, há uns 15 dias, juntamente com os Deputados Plauto e Marcelo Rangel, no Município de Castro, de um grande encontro promovido pela FAEP, a Federação da Agricultura do Estado do Paraná, onde se discutia a mudança do Código Florestal, que está tramitando no Congresso. Acho muito importante a sua colocação, mas estamos vivendo um momento ímpar no Paraná. No encontro da FAEP eu esperava encontrar todo mundo lá, menos o dirigente do IAP, o Vitor Burko, que lá esteve para falar da nova atuação, inclusive levando uma cartilha com o protocolo de como o IAP está fazendo a fiscalização das propriedades rurais.

Então, há um avanço bem grande nessa relação. É muito importante que possamos conversar, e tem que estar claro que a agricultura e o meio ambiente têm que caminhar juntos em busca da sustentabilidade. E não tenho dúvidas de que isso é possível.

Entendo a vossa preocupação, entendo que é preciso sentar e discutir, promover as Audiências Públicas, mas também entendo que devemos ter muita cautela. Quando V. Exa. se refere à lei de Santa Catarina, a qual particularmente não conheço, mas espero que não seja aquela mesma que reduziu a área de preservação permanente dos rios de 30 para cinco metros, espero que não seja a mesma, porque aquilo para mim é uma coisa que temos que rediscutir, porque inclusive é inconstitucional. Mas, sou parceira de V. Exa. nessa empreitada e tenho certeza que temos aqui na Casa outros Deputados tão preocupados com essa questão quanto está V. Exa. Conte comigo.

Parabéns pelo pronunciamento.

O SR. RENI PEREIRA (PSB)

Concedo um aparte ao Deputado Plauto Miró.

O Sr. Plauto Miró (DEM)

Deputado, é um pronunciamento muito importante que V. Exa. faz nesta Casa no dia de hoje, mostrando que o Estado vizinho tomou uma atitude. Também não conheço com profundidade a lei.

O SR. RENI PEREIRA (PSB)

Ela será sancionada hoje.

O Sr. Plauto Miró (DEM)

Mas tem mais uma boa informação. Uma das lutas que a FAEP faz é para poder fazer com que APP - Área de Preservação Permanente, faça parte da reserva legal.

E está andando a passos largos, uma ampla negociação para que isso venha a acontecer. Em breve teremos uma boa notícia, porque se tiver que utilizar os 20% de reserva legal a Área de Preservação Permanente, que é a mata ciliar, vai faltar áreas para produção de alimentos no Estado do Paraná.

Parabenizo pelo seu pronunciamento e muito obrigado.

O SR. RENI PEREIRA (PSB)

Quero agradecer os apartes.

A lei de Santa Catarina, no seu artigo 1º, ressalva a competência da União e dos Municípios.

Falo em nome dos agricultores do Estado do Paraná. Nenhum agricultor do Paraná que, por opção conservou até hoje, é contra a mata ciliar; pelo contrário, se ele puder aumentar ele aumenta, ninguém é incoerente. Essa coerência que queremos no debater as leis. Essa é a representatividade que os paranaenses, os catarinenses esperam do Parlamento, que possamos passar para eles segurança.

Dá para evoluir, tanto na questão ambiental e, ao mesmo tempo, garantir a segurança aos agricultores.

Fica aqui o registro e o elogio ao Governador de Santa Catarina por esta coragem que, mesmo que seja declarado inconstitucional, que tenha alguns erros na lei, mas teve a coragem de criar um código estadual.

De repente, o Governador quando vetou a lei do Deputado Cheida e do Teruo, que previa alguns avanços, mande para esta Casa também um código e vamos debater. Enquanto não vier um Código Florestal moderno, de acordo com a realidade de cada Estado, de cada região, que assegure o direito adquirido àqueles que há muito tempo já conservam a natureza por opção e não por imposição. Por amor é muito mais fácil conservar a natureza.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

Próximo orador inscrito, Deputado Ney Leprevost.

Deputado Ney Leprevost (PP)

O SR. NEY LEPREVOST

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

O que me traz à tribuna nesta segunda-feira é a intenção de registrar o requerimento que protocolei com assinaturas de mais 15 Parlamentares, propondo a criação da Frente Parlamentar Pró-Leitura, com a finalidade de se posicionar a favor das iniciativas que incentivem o saudável hábito da leitura em todas as faixas etárias, em todas as classes sociais, estimulando essa prática em nosso Estado.

Temos observado que a Câmara Federal, através do Deputado Marcelo Almeida, já está adotando providências no sentido de estimular o acesso ao livro para a população de baixa renda. Existe inclusive uma proposta tramitando para que 1% de todo o valor arrecadado com a indústria editorial, ao longo do ano, seja revertido em prol da disseminação do hábito da leitura em todo o Brasil.

Acredito que aqui no Paraná não podemos ficar atrás. Devemos também tomar iniciativas de vanguarda. A pessoa que lê é uma pessoa que se prepara para um futuro melhor, que abre os seus horizontes, que amplia a sua imaginação, que adquire mais conhecimento, mais cultura, e por consequência mais educação. Aqueles que têm o hábito da leitura desenvolvem o espírito crítico, e ao desenvolverem o espírito crítico tornam-se capazes de exercer a cidadania, cobrando de maneira enfática das instituições e dos Poderes: Legislativo, Executivo e Judiciário, uma performance condizente com aquilo que se espera dos mesmos em um regime republicano e em um Estado democrático como é o nosso.

Individualmente, fora do trabalho parlamentar, com a ajuda de alguns empresários de algumas professoras de bairros da Cidade de Curitiba onde temos atuação, já venho desenvolvendo algumas iniciativas para estimular o hábito da leitura, entre elas está o Natal da Cidadania, que promovemos pela 12ª edição no bairro São Braz onde estiveram mais de 5 mil crianças, e todas elas ganharam livros de presente na oportunidade do Natal, e também concorreram a microcomputadores. Fizemos um concurso de redação e a melhor redação foi premiada com um microcomputador.

Eu realizo dois concursos de redação por ano: um durante o Natal da Cidadania e o outro durante a Páscoa da Solidariedade. Tivemos no último dia 4 de abril, na Páscoa da Solidariedade, a presença de 2 mil crianças, e todas fizeram redação com o tema: “Como posso melhorar o bairro onde moro”. A melhor redação e a segunda melhor redação, escolhidas por um júri, composto por professores de português das escolas da regional da CIC, foram premiadas com microcomputadores.

Essas são atividades que fazemos junto com professores, com amigos, com empresários, com voluntários. Não é essa, evidentemente, a atividade fundamental que queremos propor através da Frente Parlamentar Pró-Leitura; essas são atividades que o Ney Leprevost, cidadão, realiza com a sua equipe, com os seus amigos, voluntários, com as pessoas da comunidade.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

V. Exa. entra no horário do Partido Progressista por 10 minutos.

Passa a usar o horário da Liderança do PP

O SR. NEY LEPREVOST

Agradeço o Deputado Anibelli.

Eu costumo assistir muito durante a madrugada a TV Senado, e atentai bem, Deputado Anibelli, existe um Senador lá que é muito generoso com os colegas, que é o Senador Mão Santa. E o senhor, quando preside esta Casa, demonstra também muita generosidade no tempo, o que nos deixa felizes, porque afinal de contas aqui é o Parlamento, é o lugar de falar, de falar, é o lugar para trazermos as ideias, debatermos, colocarmos os assuntos para a apreciação da sociedade e dos nossos Pares. Obrigado pela sua gentileza e pela sua generosidade.

Eu aplicava que essa Frente Parlamentar Pró-Leitura, que estamos requerendo que seja criada aqui na Assembleia, terá como objetivo realizar seminários, palestras, trazer nomes da literatura local, estadual, nacional, internacional, para proferir seminários sobre temas importantes, que podem inclusive contribuir para o aprimoramento da nossa atuação legislativa. Além disso, queremos ouvir as editoras, aqueles que fabricam livros e, também, os autores, para saber se existem projetos de lei, se existem ideias. Nesse aspecto, acho que é mais importante até ouvirmos do que falarmos, apresentarmos diretamente propostas. Vamos convidar as pessoas que trabalham com o mercado do livro para que venham aqui nos dizer como podemos legislar de maneira que o livro possa tornar-se uma mercadoria mais acessível e mais barata, para que a população de baixa renda também possa ter acesso à leitura.

Eu vejo que o Governo do Paraná, Governo este do qual muitas vezes sou um crítico aqui na Assembleia, vem fazendo um bom projeto nessa área de incentivo à leitura, que são as Bibliotecas Cidadãs, que o Governo está espalhando pelo interior do Paraná. Quero aproveitar este momento para pleitear que o Governo instale Bibliotecas Cidadãs aqui na Cidade de Curitiba, principalmente nos bairros mais carentes, nos bairros mais humildes, para que a população da Capital do Estado tenha acesso a elas.

Outra coisa que gostaria de ressaltar na Sessão de hoje, é que protocolamos um projeto de lei tornando de utilidade pública a Associação dos Amigos da Biblioteca Pública do Paraná. Para minha surpresa, essa instituição tão importante, que tem o dever e a vontade de ajudar na manutenção desse grande acervo histórico, que está à disposição de todos os paranaenses na Biblioteca Pública, ainda não tinha a utilidade pública estadual. Estamos entrando, hoje, com o pedido de utilidade pública, para que essa associação possa, se for adequado e se cumprir os pré-requisitos legais, receber verbas públicas do Ministério da Cultura, da Secretaria da Cultura.

(Lê):

A professora Maria Aparecida Ceravolo Magnani (Publicação: Série Idéias n. 13. São Paulo: FDE, 1994.), aduz com propriedade que:

“A alienação e o desconhecimento dos instrumentos indispensáveis ao domínio do meio sociocultural podem levar grande parcela da população à marginalização - ou seja, à pobreza, a uma baixa qualidade de vida.

Dentre esses instrumentos destacamos, num primeiro nível, a leitura e a escrita, e, em nível mais avançado, a pesquisa e o desenvolvimento tecnológico.”

“(…) a leitura compreendida em seu sentido lato, e sobretudo em seu caráter plural e dialógico, constitui-se em poderoso instrumento no processo de produção do conhecimento por possibilitar o contrato do leitor com diferentes formas de vivenciar e compreender o mundo. A formação de leitores emerge como prioridade e como um grande desafio da Educação.”

Já a professora Maria do Rosário Mortatti Magnani nos informa:

“Se o gosto se aprende, pode ser ensinado. A aprendizagem comporta uma face não espontânea e pressupõe intervenção internacional e construtiva. Assim o professor tem um importante papel a desempenhar no desenvolvimento de seus alunos/leitores.”

“A formação e a transformação do gosto não se dão num passe de mágica. Com a escola - em que pesem as restrições de sua incompetência competente - concorrem todos os outros estímulos e desestímulos com os quais convivem professores e alunos nas horas restantes do dia.”

Portanto, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, faz-se fundamental trabalharmos como legisladores, representantes eleitos da população, para estimular de maneira eficaz e democrática, o acesso à leitura, para pessoas de todas as classes sociais e de todas as faixas etárias. Não podemos negar à nossa juventude o conhecimento dos grandes clássicos da literatura.

Ainda ontem, assistia uma entrevista do Ministro Márcio Tomas Bastos, ex-Ministro da Justiça, conversando com o jornalista Kenedy Alencar, da Folha de São Paulo. O jornalista perguntava a ele, que hoje advoga em seu escritório em São Paulo, qual era o livro preferido dele. Ele disse: “Crime e Castigo”, de Dostoiévski. Qual o jovem, hoje em dia, que conhece um Dostoiévski, como conheciam as gerações passadas? Qual é o jovem que leu, hoje em dia, “As Sandálias do Pescador”, grande obra de Morris West, que depois foi levado ao cinema, com um personagem extraordinário, o Padre Kiril, que acabou se tornando Papa, em uma interpretação inesquecível de Anthony Queen? Qual é o jovem que, hoje em dia, tem acesso à leitura de Marx, mesmo discordando dos preceitos que estão no livro “Capital”? Acho que este livro deveria ser lido.

Qual o jovem, hoje em dia, que tem acesso a ler Adam Smith? Qual o jovem que tem acesso hoje a ler um livro como “A República”, de Platão, ou “A Utopia”, ou Nietzsche?

Deputado Péricles, o senhor que é o professor universitário, um homem extremamente preparado, a quem reputo como um dos Deputados mais cultos desta Casa Legislativa, isso não é, de forma alguma, jogar confete em V. Sa.

O Sr. Péricles de Mello (PT)

Permite-me um aparte?

O SR. NEY LEPREVOST (PP)

Quero ouvi-lo e fico feliz que o senhor faça um aparte, porque creio que a sua participação nesta Frente Parlamentar Pró-Leitura pode nos ajudar muito, já que se temos um mínimo conhecimento de literatura, sabemos que V. Exa. é autoridade nesta área.

O Sr. Péricles de Mello (PT)

Agradeço a deferência. Não a mereço, Deputado.

Quero elogiar o seu pronunciamento. Quando o senhor estava falando, me lembrei de um trabalho que fizemos, quando eu era Prefeito de Ponta Grossa. Criamos a feira do Livro, que acabou sendo um sucesso em todos os anos. Tomamos a deliberação na Prefeitura, alocando recursos para a Secretaria da Educação, que distribuía para as escolas. Cada escola com os seus alunos visitavam a feira e escolhiam os livros que queriam comprar. Era uma coisa legal e legítima, que valorizava e incentivava a existência da feira. A Secretaria, ao invés de livros em uma licitação, ela aproveitava a feira para incentivar todos que vendiam livros, as livrarias que iam até Ponta Grossa, com vários intelectuais do Brasil todo que abrihantava a feira, que as próprias crianças escolhessem o livro conforme o seu gosto, para as bibliotecas das escolas. O senhor tem todo o nosso apoio, tenho certeza, da Bancada do PT. É uma idéia brilhante. Parabéns, Deputado.

O SR. NEY LEPREVOST (PP)

Obrigado, Deputado Péricles.

Vamos trabalhar juntos, dialogar e conversar sobre esse assunto. Acredito que esse debate é muito positivo. São idéias como o Deputado Péricles implantou em Ponta Grossa, que queremos implantar em todo o Estado do Paraná, através desta Frente Parlamentar Pró-Leitura, cuja criação estamos requerendo hoje, como a assinatura de mais 15 Deputados.

Para concluir, dizer, Deputado Anibelli, que quando fui Vereador em Curitiba, apresentei um projeto de lei criando a Semana Monteiro Lobato de Literatura Infantil. É um projeto que quero apresentar também aqui na Assembleia. Já o apresentei logo no primeiro ano de mandato. Não sei se houve alguma falha na elaboração dos aspectos legais. Ele acabou sendo rejeitado pela CCJ. Mas, da maneira como estamos fazendo agora, não vejo óbice nenhum, não há inconstitucionalidade. Vou propor aqui, vou convidar os Deputados da Frente Parlamentar Pró-Leitura, que nos ajudem a criar a Semana Monteiro Lobato de Literatura Infantil no Paraná. O que seria isso? Uma semana em que todas as escolas do Estado, simultaneamente, estariam promovendo aquele que foi o maior e talvez melhor escritor infantil da história do nosso País. O criador da Emília, Narizinho, Pedrinho, Cuca, Dona Benta, Tia Nastácia, o grande visionário Monteiro Lobato. Homem muitas vezes injustiçado, às vezes pouco lembrado, mas foi um verdadeiro gênio do nosso País.

Eu, quando criança, certa vez contrai uma hepatite, tive que ficar 40 dias de cama. E nesses 40 dias, eu tinha meus 11, 12 anos e idade, li se não todos, pelo menos quase todos os livros infantis de Monteiro Lobato.

E o gosto pela leitura, que é esse hábito tão saudável, só consegue se expressar bem quem lê bastante. O gosto pela leitura adquirimos quando crianças, quando adolescentes. Antes de ter que ficar acamado 40 dias lendo Monteiro Lobato, a principal lembrança que tenho de meu avô, o ex-Prefeito de Curitiba Ney Leprevost, de quem tenho orgulho de herdar o nome, era que ele, quando eu tinha meus seis, sete anos de idade, pegava os livros e ficava contando as histórias. Isso despertava para que tivéssemos interesse e passarmos a adquirir o conhecimento sobre os livros.

É importante que os pais incentivem os seus filhos no hábito da leitura. Que os pais, numa época de Páscoa, de Natal, junto com os ovos, com os brinquedos, se puderem dar junto um livro, que o façam.

Essa Semana Monteiro Lobato de Literatura Infantil é para que todas as escolas privadas, particulares, possam promover teatros infantis, concursos de redação, concursos de desenho, de literatura, levar contadores de histórias dentro das salas de aulas, porque a melhor maneira de fisgar a criança para a literatura é contando histórias, mostrando o mundo mágico da leitura. A pessoa começa lendo livros mais simples e vai adquirindo hábitos mais sofisticados.

Um aparte ao Deputado Jocelito Canto.

O Sr. Jocelito Canto (PTB)

Deputado Ney Leprevost, V. Exa. apresentou esse projeto quando Vereador e ele funcionou na rede municipal? Como foi o desenvolvimento? Fiquei curioso em saber, já que V. Exa. quer apresentar o projeto aqui.

Obrigado.

O SR. NEY LEPREVOST (PP)

Agradeço, Deputado Jocelito Canto, e informo que o projeto foi aprovado sim, foi sancionado pelo Prefeito na época e hoje o projeto está nas mãos da Fundação Cultural de Curitiba. Atualmente não sou mais Vereador, não sei se prepararam o projeto ou não, mas estarei, sempre que possível, mantendo contato com a Fundação Cultural para cobrar que nunca pare esse projeto, até porque é lei municipal. Existe uma lei municipal criada e essa lei tem que ser cumprida.

Agora, nada nos impede de fazermos, independente de Prefeitura, independente de Poder Público, o senhor pode e eu posso muito bem buscar ajuda de amigos e promover eventos, como por exemplo fiz há uma semana atrás, que eu dizia no começo do meu pronunciamento, talvez o senhor não tenha tido oportunidade de ouvir, 2 mil crianças participando de um grande concurso de redação com o tema: Como posso melhorar o bairro onde eu moro.

Lendo aquelas redações, crianças da região da CIC, vila Sandra, Campo Comprido, conjunto Atenas, e como fizemos para promover esse concurso? Distribuímos nas escolas de Curitiba, públicas e privadas, um formulário, as crianças fizeram a redação, e a melhor redação, a segunda melhor redação e o melhor desenho com o tema: Como posso melhorar o bairro onde eu moro, ganharam um microcomputador.

Agora, isso não é uma atividade minha como Deputado. É uma atividade que eu faço como cidadão, ao lado de outras pessoas, professores, o Pároco do bairro, empresários que também ajudam, e eu acredito que as grandes empresas, e aí esteja, talvez, a grande missão dessa Frente Parlamentar Pró-Leitura, que queremos criar na Assembleia Legislativa, talvez esteja aí a nossa grande missão: estimular as grandes empresas a proporcionarem o livro infantil para os filhos dos seus funcionários, porque a criança que desde cedo adquirir o hábito da leitura, ela será, com toda certeza, um adulto mais esclarecido, que teve mais acesso à Educação e que saberá exercer a cidadania e será, inclusive, um profissional que representará mão de obra mais qualificada para o mercado de trabalho, afinal de contas um dos grandes problemas em relação à nossa mão de obra é a falta de qualificação, e quando a pessoa desenvolve o hábito da leitura, com toda certeza, irá se tornar uma pessoa mais preparada.

Não podemos aqui seguir o exemplo do Presidente Lula, que foi à televisão e disse que não gosta de ler. Disse que ler é tão ruim, é tão chato quanto andar na esteira. Acho que temos que incentivar as pessoas, quando puderem, a andar na esteira e incentivar as crianças, incentivar a juventude a terem o hábito da leitura, até para que na hora de votar votem com consciência, votem com qualidade, exerçam a cidadania e saibam cobrar das instituições uma postura republicana, democrática, respeitosa, tolerante, compreensiva e, principalmente, séria, porque é isso que mais se faz necessário hoje neste País.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Belinati)

Próximo orador inscrito no Pequeno Expediente, Deputado Tadeu Veneri.

Deputado Tadeu Veneri (PT)

O SR. TADEU VENERI

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Presidente Anibelli, estivemos hoje na parte da manhã no Caximba - para quem não sabe, Caximba é um bairro de Curitiba onde há o aterro sanitário - e a população do Caximba já vem, há algum tempo, fazendo diversas manifestações para que o lixo recolhido em Curitiba e Região Metropolitana, Deputado Belinati, não seja mais depositado no aterro sanitário, que já teve por duas vezes prorrogada a sua vida útil, já teve em 2004 um aditivo de contrato feito pela Prefeitura Municipal de Curitiba, de algumas centenas de milhões de reais, contrato original de 535, ou próximo disso, milhões de reais.

Sabemos que o lixo hoje é um problema das sociedades modernas, mas o que estamos vendo hoje, e hoje a população do Caximba organizada, reivindicou e esteve lá a seu pedido, a presença do promotor do Ministério Público e meio ambiente, Honorato Saint Claire, esteve o representante do IAP, um representante da Prefeitura Municipal de Curitiba, o Pároco de toda aquela área. Estiveram reunidos na Igreja Católica junto também com os Pastores. Essa manifestação é praticamente um pedido de socorro, que fazem os moradores do Caximba.

Hoje, em duas ou três partes da rodovia que leva aquela rua até o aterro, a partir da rodovia BR-116, foram colocados caminhões de terra impedindo o trânsito dos caminhões que levam o lixo. É sabido que aquela área poderia ser uma área com tratamento melhor do que estamos tendo hoje. A Cavo, que faz o recolhimento e o tratamento do lixo, tem parte dos seus coletores do gás metano, que deveriam ser queimados na sexta-feira e no sábado, segundo os moradores, apenas dois de mais de uma dezena de coletores estavam funcionando. Ou seja, a maior parte deste gás está sendo jogado diretamente no ar, no meio ambiente, na atmosfera. Já houve diversas denúncias de que o chorume produzido pelo aterro estava vazando para a bacia do rio Iguaçu.

Esse é um problema que tem que ter uma solução, e uma solução ambientalmente correta. Independente das áreas estarem sendo desvalorizadas, independente das pessoas que moram lá terem - é legítimo que tenham a intenção de que naquelas áreas possam vir a ser construídos condomínios fechados - independente de ser uma área que pode ter dentro de algum tempo uma valorização muito grande, o que sabemos é que hoje o aterro do Caximba precisa não ser novamente aditado e novamente ter o seu tempo de vida expandido.

O que precisamos é de um novo aterro sanitário, conforme os órgãos ambientais, inclusive o IAP e as diversas Prefeituras que compõem o Consórcio Municipal de Coleta de Resíduos Sólidos estão buscando fazer. A realidade é que temos uma lei que determina, já há alguns anos, que os grandes geradores de lixo devam dar destinação final para a produção do seu lixo. Isso não tem acontecido, o que tem gerado todo esse problema que estamos vendo. Estive já algumas vezes no Caximba, a creche que está ali ao lado, próximo, a questão de duas centenas de metros do aterro sanitário chegou a ficar duas semanas sem poder colocar suas crianças do lado de fora, pela infestação de ratos. Não tinha condição de servir a merenda, tamanha a quantidade de moscas que ocorre no verão, que é muito grande, não tem nem condição de colocar a merenda. Quando coloca leite ou comida, as moscas vêm em uma quantidade muito grande. O cheiro, para quem já esteve no Caximba, sabe, o cheiro que toda aquela região hoje, além da COCELPA, além da Petrobrás, toda aquela região está sofrendo com o problema do lixo.

O que acho que temos que fazer é procurar, junto aos órgãos públicos, uma solução que contemple a todos aqueles que, de uma forma ou de outra, estão sendo atingidos. Na última semana o CREA fez um seminário.

Passa a usar o horário da Liderança do PT

Uso o horário do meu Partido.

O que estamos buscando e o CREA fez, isso, é tentar encontrar uma solução. Mas uma solução que possa ser, assim como em outros Países, permanente. sabemos que nos Municípios de Curitiba e Região Metropolitana temos diversos impedimentos. A Região Norte de Curitiba, por ser uma área de mananciais, não pode receber o lixo. A região que poderia receber, a Região Sul, no caso Mandirituba tem uma lei municipal que impede que o município receba aterro sanitário com os resíduos produzidos nos outros Municípios, além da própria Cidade de Mandirituba. Outras cidades como Itaperuçu têm problemas ambientais.

Obviamente que a Cidade de Ponta Grossa, que tem um aterro particular, se dispôs a receber o lixo produzido em Curitiba e Região Metropolitana, o que no nosso entendimento é um contrassenso, porque são mais de 100 quilômetros que esse lixo teria que ser transportado. Imaginemos o quanto isso gera de custo de combustível, de custo de deslocamento, o quanto ele vai gerar de transtorno na rodovia 277. Só para que tenhamos uma ideia, são mais de 4 mil toneladas/dia de lixo. A CEASA gera uma quantidade imensa de lixo orgânico três vezes por dia depositado no aterro do Caximba.

Parece-me que temos que encontrar uma solução, assim como o CREA fez esse Seminário agora e diversas pessoas se pronunciaram, foram 20 palestrantes na última semana. Aqui na Assembleia Legislativa vamos fazer no dia 6 de maio uma Audiência Pública, promovida pela Comissão de Assuntos Metropolitanos. O Presidente da Comissão de Assuntos Metropolitanos está viajando, Deputado Osmar Bertoldi, mas antes de viajar conversei com ele para que fizéssemos essa Audiência Pública, e é preciso que comecemos a dar destinação para o lixo de uma forma mais racional. Ou seja, hoje, em outros Países, 80% do lixo está sendo reciclado. Curitiba recicla, quando muito, 15% do seu lixo.

Estamos tratando de um problema como se fosse um problema do século passado, quando sabemos que isso, ou temos uma forma diferenciada como já tem a Alemanha, a Inglaterra, a França e o Canadá, ou teremos gravíssimos problemas.

Quem conhece os lixões, como são chamados aqueles depósitos a céu aberto, os Municípios do Paraná sabem o que é Paranaguá, sabem que aqui em Curitiba se tentou até agora uma solução diferenciada, mas que não estão mais conseguindo ser contemplados os Municípios, tamanha é a dificuldade que temos com os nossos aterros com essa mesma tecnologia. Há tecnologias diferentes.

O aterro Bandeirante, de São Paulo, que é um aterro privado, tem gerado não só energia elétrica a partir da queima do gás metano, como também crédito de carbono. Esse crédito de carbono, há pouco tempo, um dos bancos que não é brasileiro, é internacional, pagou alguns milhões de dólares para a concessionária que opera o aterro Bandeirante.

Assim, temos outras experiências como a de Bituruna e General Carneiro, que estão recebendo diversas pessoas que visitam diariamente a sua usina de compostagem. Há alguns problemas? Há. O modelo é pequeno, a cidade de Bituruna gera uma quantidade de lixo muitíssimo menor do que talvez uma das menores Cidades aqui da Região Metropolitana. É um modelo que tem que ser estudado e tem que ser pensado.

Se nós, ao invés de fazermos grandes aterros, não devêssemos partir para soluções que pudessem fazer com que o lixo produzido localmente fosse tratado também localmente, sem que tivéssemos que gastar uma quantidade enorme como gastamos hoje. Volto a frisar, aqui em Curitiba o contrato para coleta e destinação final dos resíduos sólidos é de cerca de R\$ 535 milhões. É um dinheiro que poderia estar sendo usado para outras atividades, que não precisaria estar sendo usado dessa forma, lembrando que do lixo reciclado, 90% do lixo coletado que é reciclado é feito por carrinheiros, que vivem situações precaríssimas, situações de muitas dificuldades.

Parece-me que muitas pessoas estão interessadas, Dr. Saint Claire, assim como a Dra. Margareth tem dado uma atenção especial a isso. Sabemos que não adianta multar, ouvi alguns promotores que é preciso que a Prefeitura seja multada, que as grandes geradoras sejam multadas. O problema da multa é que a multa é feita, mas nem sempre é recolhida. Não adianta você multar e não resolver o problema. A multa tem que ser pedagógica. Não adianta multar para arrecadar, até porque bilhões de multas que temos, nem sempre reverterem para o Poder Público ou para o erário.

Parece-me que estamos diante de um desafio. Vamos agora, no dia 6 de maio, e faço aqui antecipado o convite para todos os Deputados que tiverem a oportunidade e puderem prestigiar, vou fazer essa Audiência Pública. E é claro que esta é apenas uma das dezenas de Audiências que estão sendo feitas em Curitiba. A realidade é que temos que encontrar uma solução diferenciada do que temos hoje. Caso contrário, vamos ter problemas.

O Sr. Jocelito Canto (PTB)

Só queria cumprimentar V. Exa. pelo seu pronunciamento e dizer a V. Exa. que concordamos plenamente com a questão das usinas, e estes aterros que estão sendo feitas, de acordo com o que determina a lei, e muitos são privados, V. Exa. falou numa espécie de royalties, que são pagos a essas empresas. V. Exa. não deixou claro se fica para a empresa ou para o Município.

O SR. TADEU VENERI (PT)

Esclarecendo, fica para a empresa, porque a partir do momento que ela faz sequestro de carbono, ela coloca no mercado internacional e recebe por este sequestro.

O Sr. Jocelito Canto (PTB)

Então, esta é a preocupação, como Deputado de Ponta Grossa, no sentido de que não se prolongue esta conversa de que o lixo de Curitiba vai para Ponta Grossa. Até porque acho que cada região tem que cuidar do seu lixo. Se tiver que fazer uma usina privada, ou particular, ou pública, aqui em Curitiba, que seja aqui em Curitiba, na Região Metropolitana. Ponta Grossa já tem seus problemas para resolver e está resolvendo. Nós queremos ficar alertas e deixar alerta o povo do Paraná de que não concordamos com esta ideia de se fazer algo na Cidade de Ponta Grossa.

Muito obrigado.

O SR. TADEU VENERI (PT)

Muito obrigado.

Encerro lembrando que há alguns anos estamos fazendo este debate. Hoje temos algumas soluções para a questão do lixo e dos resíduos feitos em construção civil, que aliás é uma quantidade muito grande, continua sendo, mas o grande problema que temos é o da contaminação ambiental. A contaminação que os aterros ainda geram, uma contaminação que o lixo a céu aberto, no Estado do Paraná, são dezenas, centenas de Prefeituras que estão sendo multadas e que o Ministério Público está fazendo, em alguns casos, termos de ajuste de conduta. E aqui em Curitiba, como já foi dito, não podemos programar mais uma vez um problema que gera, para um setor da população, um grande dissabor, mas para algumas empresas é uma fonte quase inesgotável, de muito dinheiro.

Por isso mesmo, esta nova concessão, esta empresa que vai gerenciar o lixo em Curitiba tem que ter tecnologia suficiente para que possamos, da mesma forma que a empresa vai ganhar, que possamos aqui em Curitiba e Região Metropolitana, ter uma coleta e tratamento de forma adequada, e que o resíduo final possa ter uma destinação adequada.

Eram estas as minhas considerações, Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

O próximo orador inscrito é o Deputado Antonio Belinati, a quem concedemos a palavra.

Deputado Antonio Belinati (PP)

O SR. ANTONIO BELINATI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Ilustre Presidente Antonio Anibelli, estou vendo o seu visual e V. Exa. está num astral altamente positivo.

É que para quem não sabe, telespectadores da MERCOSUL e da TV SINAL, o Deputado Antonio Anibelli, grande aguerrido, batalhador, está hoje investindo na condição de Presidente deste Poder. É um grande Parlamentar, um grande defensor dos interesses dos paranaenses. E que, aliás, tem berço. Minha família, inclusive, teve o privilégio de ser eleitora do seu saudoso pai, o Deputado Antonio Anibelli. E hoje, caro colega, acho que esta Casa está feliz, jubilosa, porque V. Exa, está no exercício efetivo do mandato de Presidente deste Poder. Seja muito feliz.

Recebo o jornal Impacto, do jornalista Luiz Fernando, que é um grande batalhador. Tem jornal aqui, tem um jornal em Santa Catarina, e o jornal dele, na minha ótica, é o mais lido aqui, em todas as repartições. Tem uma coisa aqui que o Requião não vai gostar: *Calvário de Requião. É um Governo parecido com fim de feira*. Ô, Luiz Fernando, o que é isso? Está comparando o Governo do Requião com um final de feira? Não sei, mas normalmente o final de feira é aquela bagunça, ninguém entende ninguém e tem até uma sujeira que depois é juntada, mas tenho a impressão de que o Luiz Fernando não quer dizer isso. Mas, registro mais uma edição do seu jornal, que fala de uma matéria, também na primeira página, que Deputado Secretário vai perder a verba de mordomia. Isso porque, por lei, a pessoa que se elege Deputado Estadual e assume um cargo de Secretário de Estado, pode optar pela verba indenizatória deste Poder, o que a Mesa Executiva, comandada pelo Nelson Justus, pelo Alexandre Curi e pelo Deputado Anibelli, está acabando com essa verba e está de parabéns.

Da mesma maneira, queria registrar com pesar o falecimento do Wilson Figueiredo Fortes, que quando do meu primeiro mandato como Deputado nesta Casa, ele era o nosso Presidente. Uma figura sempre alegre, um verdadeiro paizão. Que Deus dê a ele o descanso eterno. Wilson Fortes tinha a sua base política na região de Paranaíba e foi, sim, um grande Presidente deste Poder Legislativo.

Registro, Sr. Presidente, alguns e-mails que me são enviados. Gostaria de pedir a vocês, paranaenses que acompanham os trabalhos da Assembleia Legislativa, que mandem críticas ao nosso trabalho, sugestões e ideias. Nós somos empregados do povo. Você, povo, é o nosso patrão. Temos aqui o dever de seguir a linha do povo: se o povo está indo para cá, não adianta o político querer ir para a banda de lá, porque quando chegar a eleição, ele quebra a cara. Temos que estar alinhados com aquele que verdadeiramente nos coloca, ou nos retira daqui, que é o nosso povo. De vez em quando tem Parlamentar aqui que vira as costas para o povo, anda de salto alto e parece até aqueles políticos perna-de-pau. Aí se candidata à reeleição, perde e aí fica praguejando que o povo é ingrato. É mentira, porque se o político não fez nada aqui pelo povo, ele volta para casa com o carimbo de derrotado e aposentado pelo povo, o que é a pior aposentadoria.

Então, como cada Deputado tem o seu e-mail, se alguém tiver críticas para fazer ao meu trabalho, humildemente receberei essa crítica, como também agradeço a cada paranaense que me envia sugestão. Aliás, falando em paranaenses, caro Willian Weber, da Universidade Federal do Paraná, hoje a Folha de Londrina publica o fruto do trabalho que você faz aqui o mês todo, que é sobre a presença de nós Parlamentares nesta Casa de Leis. Parabéns, Willian Weber, pelo trabalho, e agradeço à Deus porque pude comparecer 100% em todas as Sessões, em todas as votações desta Casa, e não fiz mais do que a minha obrigação, a qual cumpro com a maior alegria, porque pode chegar o momento de você ter uma doença grave, alguém passando mal na família, pode ter uma morte na família, ou de alguém muito próximo, e você ter que se deslocar para o interior e ter que faltar na Sessão. Mas, agradeço à Deus, porque cada vez que a Folha de Londrina publica a presença dos Deputados na Casa, e sempre que posso vejo o meu nome com 100% de presença, eu agradeço a Deus, porque não tive nenhum grande contratempo na minha família, nenhum contratempo de ordem pessoal.

Passa a usar o horário do Grande Expediente

Registro o e-mail de Gustavo Santos: *Prezado Belinati, tenho acompanhado as notícias pelos jornais e internet e estou torcendo por uma vitória sua no Supremo Tribunal Federal.*

Tenho aqui um outro e-mail, que diz: *Caro amigo, por indicação do Prefeito de Dois Vizinhos e do Vereador Carlinhos, estou escrevendo para encaminhar sobre o lançamento da revista DVZ Magazine, com circulação regional.* Parabéns ao Márcio da Silva, diretor geral. Tenho outro e-mail, é fantástica a televisão, Deputado Anibelli, por isso, a pessoa está acompanhando o nosso trabalho, não são só elogio, vai ter momento que vamos receber críticas também. Então, a televisão é um instrumento que a Mesa Executiva colocou à disposição do povo para acompanhar o trabalho de cada Parlamentar.

O Sr. Ney Leprevost (PP)

V. Exa. me concede um aparte?

(Assentimento)

Quero cumprimentá-lo por essa comunicação eficiente como o eleitor através da rede de computadores, através da internet. E bem a propósito daquilo que o senhor está falando neste momento da imagem, da transparência que a TV Assembleia proporciona, que a TV SINAL proporciona, eu quero, em 30 segundos, ler as palavras do artigo publicado ontem na Gazeta do Povo: *Cada enxadada uma minhoca*, do professor Belmiro Valverde Jobim Castor. Olha o que ele fala aqui, Deputado Belinati, é uma pescaria, mas é uma pescaria inteligente. Ele diz o seguinte: *Aqueles que ocupam funções públicas devem se sentir como um peixe dentro de um aquário*

transparente, sempre à vista de seu dono, para o qual nunca terá segredos. O peixe tenta se esconder, se embrenha naqueles castelinhos cafonas que todo aquário tem, olha para o lado e lá está a cara do dono. Nada para o outro lado do castelinho, se refugia atrás de umas pedras, e cadê a privacidade? O dono está lá fora atento, vendo tudo.

Só há e haverá uma forma de assegurar mais e mais probidade na vida pública, e esta consiste em fazer da política brasileira um aquário cada vez maior e mais transparente.

Então, é isso que o senhor está fazendo aqui na tribuna, está fazendo do seu mandato um aquário transparente, o eleitor manda um e-mail para o senhor, faz a pergunta...

O SR. ANTONIO BELINATTI (PP)

E quem é a minhoca?

O Sr. Ney Leprevost (PP)

Essa pergunta eu não sei responder. A minhoca, ele fala um pouco antes aqui no artigo, que cada enxadada que se dá em busca da transparência acha-se uma minhoca. É nesse contexto que ele coloca aqui o artigo. A minhoca é quando descobre, por exemplo, que a filha de um Senador viajou com o telefone celular pago pela Câmara Federal, R\$ 14 mil. Esse tipo de coisa é a minhoca no artigo do nosso amigo, professor Belmiro Valverde Jobim Castor.

Mas estou falando para elogiar o senhor em relação a essa questão de responder o e-mail do eleitor, e não só responder pela internet, mas fazer o que o senhor está fazendo aqui, responder na tribuna. Isso é muito bom, e se esse hábito pegar tenho certeza que esta Casa ficará ainda mais democrática, porque temos que ter contato permanente com a população.

Parabéns pela ideia. Continue assim, Deputado Belinati.

O SR. ANTONIO BELINATTI (PP)

Fico feliz, uma pessoa jovem, já com um grande sucesso e com um futuro ainda mais brilhante pela frente.

Tenho aqui uma pesquisa sobre Londrina, como está o ranking de Londrina de quem está militando na política, foi publicado no site aqui em Curitiba, depois nós vamos ler, em que o nosso nome saiu em primeiro lugar. Tem um e-mail do Sr. Antonio Enéas de Oliveira, sobre propaganda enganosa, em especial das farmácias. Meu Deus do Céu, como tem empresário, lojista, que mente com a maior cara-de-pau para o povo, 50, 70% de desconto. *Estamos vendendo mais barato do que a fábrica.* Quer dizer que o cara é assistente social, ele compra a mercadoria por 100, ele gosta tanto do povo que vende por 80, vende por 70. Então, o povo já está esgotado com essa história de propaganda enganosa. Em especial, tem determinadas farmácias aí, vamos comprar ali, você tem que fazer carteirinha da própria farmácia

para ganhar desconto. Aí para os velhos, tem a carteirinha do velho e desconto para os velhos. E na hora que vai conferir quase tudo é fantasia, é propaganda enganosa. Onde está o PROCON? Deveria punir esses empresários que enganam o povo. A vantagem é para quem está vendendo. Não sei onde está a crise!

E agora a informação que temos é que tem hotel em Foz do Iguaçu cobrando R\$ 1 mil para você dormir uma noite. Crise! Shopping center lotado, revendas de carros nunca venderam tantos carros como agora. A Exposição Agropecuária Industrial de Londrina foi uma loucura. Creio que tem uma crise, mas também deve ter muito espertalhão enchendo o bolso, mandando dinheiro para o exterior em nome da crise, reduzindo o quadro de pessoal, demitindo funcionário, dizendo que é a crise. Mas os aviões, o turismo diz que está tudo bem. Então, onde é que está a crise? Quais são os segmentos que estão em crise? Até o produtor de soja está feliz, porque o preço está bom.

Concedo um aparte ao Deputado Dobrandino da Silva.

O Sr. Dobrandino da Silva (PMDB)

V. Exa. citou Foz do Iguaçu. Nesses dias de feriado a lotação foi razoavelmente boa. Mas os hotéis de Foz do Iguaçu lançaram uma promoção: o quarto dia é de graça. Você fica quatro dias e paga três. É uma ação inteligente de classe hoteleira de Foz do Iguaçu. E está dando certo. Estava vendo uma pesquisa e o preço dos hotéis em Foz do Iguaçu está barato. Queria fazer esse esclarecimento.

Muito obrigado.

O SR. ANTONIO BELINATTI (PP)

Muito obrigado, Deputado Dobrandino da Silva. Estou aqui fazendo ironia com aquele que tem crise, porque tem gente que faz fortuna em cima da desgraça dos outros. Vê se tem crise para banco.

Tenho aqui, do Mário Martinelli, em um e-mail. *Não nos conhecemos pessoalmente, nem tivemos oportunidade de sermos apresentados, mas quero externar ao nobre Deputado, que acho um absurdo a decisão dos Tribunais em alijá-lo da Prefeitura de Londrina, cujo povo legitimamente o escolheu como primeiro mandatário.* Bom, ele fala também que não seguiu a carreira política. O avô dele ajudou a construir a estrada Curitiba-Ponta Grossa. Tem um projeto de nossa autoria que ainda vamos abordar.

Por último, o e-mail de Sidney Antunes Motta: *Por meio deste ofício, estou expondo as dificuldades que estou encontrando com a ONG CETAC para administrar uma creche.* Aí é o setor que tem a tal da crise do coração, é a crise da bondade, é a crise daquele que está com o bolso cheio e não ajuda o asilo, não ajuda a creche, não ajuda o orfanato, não ajuda a obra de assistência social. É o que está expondo aqui o Sidney Antunes Motta. A ONG CETAC está encontrando sérias dificuldades financeiras para poder administrar uma creche.

O jornal O Estado do Paraná traz aqui: *Saúde Pública: um exercício de paciência*. Sobre a mesma matéria, a Folha de São Paulo fala sobre a descoberta que o Carlos Chagas fez, há 100 anos, na Cidade de Lassance, quando detectou a Doença de Chagas. Para quem não sabe, o chamado barbeiro é um inseto que, para contaminar um ser humano, tem que picar um tatu que está infectado com a Doença de Chagas. Principalmente em barracos, casas paupérrimas, a pessoa está dormindo e vem o barbeiro, que picou um tatu contaminado com a Doença de Chagas.

Esse barbeiro vem, senta no seu braço, no seu corpo, e faz cocô, defeca ali. Aí você está dormindo, sente uma coceira e passa a mão. Quando você passa a mão, a Doença de Chagas entra na sua corrente sanguínea e você já está contaminado. Aí o coração vai crescendo, vai crescendo e, vítima dessa doença, a pessoa vai passar o resto da vida tomando um remédio. Quem não tiver o remédio, vai morrer antes do tempo e, muitas vezes, está sujeito até a ter uma vida curta. Eu conheço famílias, por exemplo, de Miguelópolis, na divisa de São Paulo com Minas Gerais, ali é um dos maiores focos de Doença de Chagas do Brasil. Viu, Sr. Luiz Fernando Federelli, estava há pouco lendo o Jornal Impacto do senhor. Está aí o Sr. Luiz Fernando Federelli.

Então, Sr. Presidente, há 100 anos foi descoberta a Doença de Chagas por Carlos Chagas. Já era para estar eliminado o tal do bicho barbeiro. Já era para estar eliminada a Doença de Chagas no Brasil. Cem anos, está aqui na Folha de São Paulo, a doença de Chagas no Brasil. Cem anos depois, está aqui na Folha de São Paulo, a doença continua prosperando, aumentando e levando muita gente para o cemitério. Isso é prova, mais uma vez, da deficiência, da negligência, da incompetência e da má-vontade das autoridades da Saúde Pública neste Brasil. É um absurdo, 100 anos depois, como retrata a Folha de São Paulo, ainda corremos risco de morrer contaminados por um inseto que picou um tatu infectado com a Doença de Chagas. O barbeiro veio, fez cocô no corpo da pessoa, principalmente do pobre, e transmitiu a Doença de Chagas, que já deveria estar banida deste País.

Este é apenas um item da Saúde Pública que exige mais atenção, melhora urgente das nossas autoridades. Não se pode brincar com a saúde do nosso povo. A negligência atinge, lamentavelmente, a faixa mais pobre da população brasileira, que tem direito a uma vida com qualidade. Essa qualidade de vida passa, Presidente Anibelli, obrigatoriamente, por uma melhoria do sistema de Saúde Pública do nosso Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

Último orador inscrito no Pequeno Expediente, com a palavra o Sr. Deputado Douglas Fabrício, por cinco minutos.

Deputado Douglas Fabrício (PPS)

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO

Presidente, Deputado Antonio Anibelli, Sras. e Srs. Deputados, imprensa, senhoras e senhores.

Hoje, uso os cinco minutos do Pequeno Expediente, para fazer uma homenagem. Como é um requerimento de voto de congratulação que estamos apresentando à Mesa, peço o apoio de todos os Deputados.

A pessoa que queremos homenagear é a Sra. Maria José do Nascimento, uma pequena empresária da Cidade Peabiru, há 11 quilômetros de distância de Campo Mourão. Ela é proprietária da empresa Resistências Elétricas KL do Brasil, que tem hoje mais de 80 funcionários, 180 clientes no País. Se formos olhar, no Brasil, a grande maioria geradora de emprego é a pequena empresa.

Trabalhei no SEBRAE muitos anos. A nossa bandeira nessa empresa é ajudar o micro e pequeno empreendedor, pessoas como a Sra. Maria José. Ela começou com essa pequena empresa em 1995, o que dá hoje 14 anos. Nesse período, ela conseguiu ser reconhecida nacionalmente pelo Prêmio SEBRAE Mulher de Negócios, em uma iniciativa de várias entidades no Brasil: SEBRAE Nacional, Federação da Associação de Mulheres de Negócios e de Profissionais do Brasil, Secretaria Especial de Política para as Mulheres do Governo Federal e Fundação Nacional de Qualidade. Concorreu no Paraná com mais de 400 outras empresárias de sucesso, sendo a escolhida. As pessoas escolhidas de todas as regiões do Brasil foram concorrer em Brasília. Do Brasil inteiro, tinha 2 mil 667 empresárias participantes, como concorrentes. A vencedora, para orgulho de Peabiru, da região de Campo Mourão e do Paraná, foi a Sra. Maria José do Nascimento, da KL do Brasil.

Deputado Artagão, V. Exa. que é um grande empresário bem sucedido - refiro-me aqui aos pequenos empresários - à Dona Maria José, queremos deixar aqui esse pedido de voto a todos os Deputados, para que ela receba em sua casa uma homenagem da Assembleia Legislativa, com os votos de congratulações. Porque se imaginarmos uma pessoa jovem como ela, que hoje gera emprego e renda, com todas as dificuldades que temos, com 14 anos de empresa, várias crises passou, mantendo a empresa firme, com competência, seriedade, ética, responsabilidade e, acima de tudo, com dinamismo, dando exemplo a todos os demais empresários e pessoas sonhadoras que acreditam em um pequeno negócio, a Dona Maria José é referência.

Por isso, ao pedir o voto de todos, aqui, tenho certeza que será aprovado por unanimidade. A Assembleia Legislativa, Deputado Anibelli, irá assinar junto conosco este voto, que também é um Deputado que faz política em Peabiru e que tenho certeza, Deputado Anibelli, o dia que o senhor for a Peabiru poderia fazer, inclusive, uma visita a empresa que essa empresária administra. É uma empresa que se tornou hoje referência nacional nas mãos da Dona Maria José do Nascimento, a qual eu peço a

todos aqui os aplausos e o voto de reconhecimento ao seu trabalho, dela, porque semana passada foi homenageada em Brasília pela SEBRAE nacional, dentre 2 mil e 667 outras empresárias do Brasil. Ela tirou o 1º lugar.

Então, o nosso voto de congratulações em homenagem à Maria José Nascimento.

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Esta Presidência se congratula com V. Exa. pela lembrança e fico agradecido de poder assinar juntamente com V. Exa. e me proponho a ir junto fazer a valorização dessa empresária que ganhou o prêmio do SEBRAE.

Horário das Lideranças, já que o Grande Expediente foi usado pelos Deputados Belinati e Ney Leprevost.

(**As lideranças declinaram**)

Ordem do Dia:

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Ofício nº 049/09, subscrito pelo Deputado Luiz Accorsi, constante do expediente, comunicando sua ausência na Sessão Plenária do dia 13/04/09, por estar em visita às bases eleitorais no Noroeste do Estado. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Indicação nº 375/09, de autoria do Deputado Alexandre Curi, constante do expediente, propondo ao Exmo. Sr. Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, a reinstalação do cartório de Jaracatiá, do Distrito do Goioerê. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 376/09, de autoria do Deputado Felipe Lucas, constante do expediente, propondo ao Exmo. Sr. Secretário de Estado da Saúde, a doação de uma ambulância modelo SIATE para a Secretaria da Saúde do Município de Prudentópolis. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 377/09, de autoria da Deputada Rosane Ferreira, constante do expediente, propondo ao Exmo. Sr. Governador do Estado e a Exma. Sra. Secretária de Estado da Cultura, a construção do Centro Estadual da Juventude no Município da Lapa. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de lei de autoria do Deputado Carlos Simões, com apoio do Deputado Alexandre Curi, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** **À Diretoria Legislativa.**

Se não me falha a memória já existe, mas será encaminhado à Presidência para verificarmos.

Requerimento nº 1581, de autoria do Deputado Luiz Fernandes Litro, constante do expediente, justificando sua ausência nas Sessões Plenárias no período de 30 dias a partir desta data, para tratamento de Saúde. **Aprovado.** **À Diretoria Legislativa.**

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Redação Final

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Resolução nº 005/09, de autoria da Comissão Executiva, que promove alterações da Resolução nº 003/04 e outras disposições. **Aprovada.** (Publ. no DA nº 029/09, de 02/04/09, em Projetos de Resolução).

2ª Discussão

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 177/08, de autoria da Deputada Cida Borghetti, que declara de utilidade pública a Associação de Reflexão e Ação Social Aras, com sede e foro no Município de Maringá. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 223/08, de autoria do Deputado Luiz Eduardo Cheida, que declara de utilidade pública o Núcleo Londrinense de Redução de Danos, com sede e foro no Município de Londrina. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ.

Em votação o projeto, ressalvada a emenda. **Aprovado, artigo por artigo.**

Em votação a emenda. **Aprovada.**

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 027/09, de autoria do Deputado Luiz Eduardo Cheida, que institui o Dia da Lituânia e dos Lituanos no Estado do Paraná, a ser comemorado, anualmente, no dia 16 de fevereiro. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 006/09, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, que aprova o ressarcimento das despesas dos Srs. Deputados referente ao mês de março de 2009. Resolução nº 003/04. **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª Discussão

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 489/08, de autoria do Deputado Edgar Bueno, que institui a notificação compulsória a ser adotada pelos estabelecimentos de ensino, nos de violência contra a criança e o adolescente no âmbito do Estado do Paraná. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ, CSP e CDDMCA. **Aprovado. (Publ. no DA nº 134/08, de 11/11/08 em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 489/08

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Edgar Bueno, tem por objetivo obrigar os estabelecimentos de ensino do Estado a encaminhar notificação de casos de violência contra a criança e o adolescente à autoridade policial competente e ao Conselho Tutelar da localidade, acompanhada de atestado emitido pelos profissionais de educação que detectaram a ocorrência, determinando que tudo seja feito sob absoluto sigilo.

Fundamentação

Inicialmente, devemos observar o artigo 227 da Constituição da República, que impõe à família, a sociedade e ao Estado o dever de assegurar os direitos da criança e do adolescente:

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (grifos nossos).

Quanto à competência para legislar, devemos observar o artigo 24 da Constituição Federal, que determina a competência concorrente da União, Estados e Distrito Federal para legislar sobre proteção à infância e a juventude:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

(...)

XV - proteção à infância e à juventude;

(...)

§ 1º No âmbito da legislação concorrente, a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais.

§ 2º A competência da União para legislar sobre normas gerais não exclui a competência suplementar dos Estados.

§ 3º Inexistindo lei federal sobre normas gerais, dos Estados exercerão a competência legislativa plena para atender a suas peculiaridades.

§ 4º A superveniência de lei federal sobre normas gerais suspende a eficácia da lei estadual, no que lhe for contrário. (grifos nossos).

E o que seria legislar de forma suplementar?

Conforme Manoel Gonçalves Ferreira Filho¹, *forma suplementar é uma subespécie da competência concorrente; é aquela que preenche os vazios da norma geral, para alguns ela é complementar. Assim, a União deve estabelecer normas gerais e os Estados podem legislar de forma suplementar, complementando as normas da União, mas não invadindo sua competência.* Desta forma, caso haja norma federal que aborde o assunto em questão o Estado possui competência plena para legislar sobre o assunto.

A União já abordou matéria semelhante através da Lei nº 8069 de 13/07/90, (Estatuto da Criança e do Adolescente). Ocorre que tal lei não prevê a notificação compulsória de maus-tratos a crianças por parte dos estabelecimentos de ensino. Desta forma, ao propor o presente projeto, o Parlamentar Estadual está exercendo a competência concorrente para legislar de forma suplementar, complementando a norma geral elaborada pela União, fato que reveste o mesmo da constitucionalidade.

Ainda, quanto à iniciativa para propor o projeto, o artigo 65 da Constituição Estadual determina que qualquer membro da Assembleia Legislativa pode iniciar leis ordinárias e complementares.

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifo nosso).

Ressalta-se que a matéria versada não é atinente ao campo da educação, não se enquadrando, por conseguinte, no rol taxativo de competências privativas do Chefe do Poder Executivo Estadual. Assim, não há que se falar em vício de iniciativa.

Ademais, o presente projeto, ao objetivar a notificação compulsória pelos estabelecimentos de ensino, põe em prática o disposto no artigo 227 da Constituição Federal, norma esta de ordem pública e, portanto, bastante legítima.

Além disso, quanto técnica legislativa, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 095/98, que trata da elaboração das leis.

Conclusão

Diante do acima exposto, diante da constitucionalidade e legalidade apresentadas pelo projeto de lei em análise, somos pela sua aprovação.

Sala das Sessões, em 17/12/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

1. Manoel Gonçalves Ferreira Filho, Curso de Direito Constitucional, 30ª ed., Saraiva, p. 61.

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
PROJETO DE LEI Nº 489/08

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 489/08, de autoria do Deputado Edgar Bueno, trata da instituição da notificação compulsória, por parte dos estabelecimentos de ensino, nos casos de violência contra criança e o adolescente.

Primeiramente vale ressaltar a brilhante iniciativa do nobre Deputado autor da presente proposição, que manifesta toda sua preocupação com o bem-estar e a segurança de nossas crianças e jovens, garantindo a privacidade e preservando seus direitos fundamentais.

Em sua justificativa o autor destaca a intenção de contribuição para ampliação do leque de medidas protetoras da criança e do adolescente, conforme preconiza o Estatuto da Criança e do Adolescente.

No que concerne ao âmbito desta Comissão asseguramos que estão presentes os requisitos que asseguram a relevância do projeto, vez que toda ação destinada ao controle da violência e seu registro estatístico, contribui para a avaliação e solução dos problemas sociais, principalmente no que tange à violência praticada contra crianças e adolescentes.

Portanto o parecer desta Comissão de Segurança Pública situa-se no campo da regularidade da proposição apresentada, estando presentes todos os requisitos pertinentes a esta Comissão, por todos os motivos expostos, opinando-se favoravelmente ao projeto analisado.

Salvo Melhor Juízo.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 19/03/09.

(aa) MAURO MORAES - Presidente

NEY LEPREVOST - Relator

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA
MULHER, DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
PROJETO DE LEI Nº 489/08

P A R E C E R :

I - Relatório

O projeto de lei acima epigrafado de autoria do Deputado Edgar Bueno visa instituir notificação compulsória a ser adotada pelos estabelecimentos de ensino do Estado do Paraná, nos casos de violência contra a criança e o adolescente.

Em sua justificativa o autor da proposta diz que *os estabelecimentos educacionais, locais que as crianças e os adolescentes frequentam diariamente, dotados de equipes multiprofissionais, estão capacitados a detectar os casos objeto deste projeto. Entendemos que o presente projeto poderá contribuir para a ampliação do leque de medidas protetoras da criança e do adolescente.*

É o relatório.

II - Da Fundamentação do Parecer

A proposta ora em análise tramitou pela Comissão de Constituição e Justiça sendo que seu Relator exarou parecer favorável pela constitucionalidade e legalidade, sendo aprovado por unanimidade naquela comissão.

Srs. Deputados, os educadores, além dos familiares, são os adultos que possuem maior possibilidade de verificarem quaisquer modificações no estado físico e psicológico de crianças e de adolescentes, tendo em vista a proximidade e o convívio diário.

Por óbvio que este contato gera responsabilidades, deveres... O dever de observar e relatar qualquer fato que possa estar trazendo males pode desagradar a sociedade, inclusive a familiar, que ainda não entenderam o que significa a doutrina da proteção integral conjugado com a dignidade da pessoa humana, como princípio.

A atitude do educador pode ensejar a discussão acerca da responsabilidade civil (existência ou não) geradora do dever de indenizar, pela comunicação de fato ou suspeita de maus-tratos ou abuso sexual. Isto porque, às vezes, felizmente, a situação relatada não se confirma.

No entanto, convém salientar que o receio de desagradar a algumas pessoas não pode ser óbice para o cumprimento de um dever. A prioridade absoluta posta como princípio constitucional resguarda a prevalência da defesa do direito.

É obrigação da escola e do educador, após tomar conhecimento de possível ocorrência de abuso ou agressão, comunicar à autoridade competente, no caso, o Conselho Tutelar.

Essa comunicação (de fatos ou suspeitas) deve ser feita no exato teor do que for relatado pela criança e ou adolescente. Não pode ser considerada divulgação o relato de qualquer circunstância ou fato relacionado à informação prestada - nos exatos termos que impõe o dever funcional ao Conselho Tutelar.

É importante destacar que, seja a criança ou adolescente acometido ou não de doença física, não é lícito ao educador simplesmente silenciar, imaginando tratar-se de "invenção" do aluno.

A escola e o seu dirigente não podem deixar de comunicar ao órgão competente para que este busque apurar o fato. Ao comunicar não fere qualquer direito do aluno ou de seus familiares, ao contrário exerce um dever adstrito ao direito de proteção da pessoa em peculiar estado de desenvolvimento. Há o exercício de um dever, ao qual está vinculado de forma direta em face de sua atividade profissional.

O Professor Hélio de Oliveira Santos ao comentar o artigo 245 do ECA ratifica a necessidade de comunicação dizendo:

"Aos profissionais elencados na lei cabe a notificação da suspeita de verificação do ato abusivo a um órgão de proteção à criança e ao adolescente, imediatamente ou o mais rápido possível, por telefone, preparando, a seguir, um breve relatório a ser encaminhado. A ausência de um telefonema imediato ou notificação por escrito estará sujeita à punição penal e administrativa prevista. Tal notificação não significa um procedimento civil ou criminal, a ser iniciado contra o suspeito pelo

ato abusivo. Há necessidade de pronta verificação do ato e sua veracidade, por profissionais técnicos da área de proteção à criança, podendo a mesma ser submetida a exames médico legais, por decisão da Justiça. A notificação telefônica ou por escrito será individual, não podendo ser impedida por supervisores, administradores ou donos de estabelecimento.”

A autoridade competente para realizar a verificação da veracidade dos fatos é o Conselho Tutelar, pois este órgão poderá requisitar serviços adequados para buscar a verdade e proteger a pessoa, podendo determinar a realização do tratamento adequado.

O Conselho Tutelar uma vez instalado a verificar a situação, encaminhará a família e a criança ou adolescente para um serviço de atendimento onde pessoas com competência técnica podem buscar a verdade, sem causar mais traumas. Este serviço deve estar disponível no Município, podendo ser público ou privado conveniado com a municipalidade.

A verdade poderá se descobrir quem realizou os maus-tratos ou abuso ou, ainda, que a situação relatada foi uma fantasia.

No entanto, não pode haver a inércia. Não podem simplesmente desconsiderar um relato.

Saliente-se que mesmo quando o aluno é especial a situação deve ser averiguada. A circunstância de uma criança ter algum distúrbio mental não pode determinar o imediato descrédito sobre qualquer relato que faça. Não é incomum, infelizmente, ocorrerem casos de maus-tratos ou abusos contra crianças excepcionais. Mesmo em se tratando de criança especial, impõe-se a prudência e a diligência que se verifique, havendo qualquer informação - mesmo que decorrente de relato da própria criança - se essa criança está sendo bem tratada, se sofre maus-tratos ou abusos de qualquer natureza.

Vê-se que a atitude responsável do profissional que cotidianamente convive com estas pessoas com direito a proteção integral é estar atento e seguir os deveres propostos pelo projeto de lei não desconsiderando todo e qualquer sinal de perigo.

III - Conclusão

Assim, chamada esta relatoria a se manifestar no projeto de lei em epígrafe, conforme preceitua o parágrafo 4º, do artigo 33 do Regimento Interno, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 18/02/09.

(aa) ROSANE FERREIRA - Presidente

RIBAS CARLI FILHO - Relator

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 041/09, de autoria do Deputado Ribas Carli Filho, que concede título de Cidadão Benemérito ao Dr. Paulo Roberto Slud Brofman. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. (Publ. no DA nº 010/09, de 18/02/09, em Projetos de Lei).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 041/09

P A R E C E R :

Preâmbulo

O Projeto de Lei nº 041/09 pretende conceder ao mérito ao médico Dr. Paulo Roberto Slud Brofman, título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná.

Do Objeto

A lei que regula a concessão de títulos Beneméritos do Estado do Paraná e de nº 13115/01, alterada pela Lei nº 14677/05, que dispõe da seguinte forma:

Art. 1º O título de Cidadão Honorário ou de Cidadão Benemérito só será concedido à pessoa que tenha prestado relevantes serviços ao Estado do Paraná e que satisfaça pelo menos dois dos requisitos seguintes:

I - exercício, com denodo e proficiência, de cargo, função, emprego ou atividade, de natureza pública ou privada;

II - contribuição ao desenvolvimento das ciências, letras, artes ou da cultura em geral;

III - ação destacada na área da filantropia ou em favor de obras sociais;

IV - ter reputação ilibada ou conduta pessoal e profissional irrepreensíveis;

V - ter em sua biografia registro de postura ética e respeitosa na defesa dos postulados democráticos, das instituições nacionais e da cidadania.

Art. 2º Cabe exclusivamente aos partidos políticos com assento na Assembleia Legislativa apresentarem projetos de lei concedendo títulos de Cidadão Honorário ou de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná.

§ 2º O partido político que possuir até 03 (três) Deputados representando-o na Assembleia Legislativa só poderá apresentar 4 (quatro) projetos de título de Cidadão Honorário ou de Cidadão Benemérito, à sua escolha, por legislatura.

Pela leitura da lei, vê-se que todos os requisitos legais está plenamente atendidos, possibilitando com isso a aprovação da proposta.

Conclusão

Portanto, devido ao respeito aos aspectos constitucionais e legais, nosso parecer é pela aprovação do presente projeto.

Sala das Comissões, em 07/04/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

RENI PEREIRA - Relator

Como se trata de título e é 1ª discussão e votação, temos que fazê-la pelo painel eletrônico, chamando a atenção dos Srs. Deputados, pedindo para que soem as campanhas para que os Deputados que se encontram nos gabinetes, dê tempo de chegarem ao plenário, em virtude do horário de votação ter sido antecipado, e pedindo ao autor do projeto que faça o encaminhamento enquanto os Deputados pegam o elevador e chegam ao plenário, já constatando que há quórum.

Concedo a palavra ao autor, Deputado Fernando Ribas Carli para que encaminhe a votação ao projeto.

O SR. RIBAS CARLI FILHO (PSB)

Sr. Presidente, quero pedir colaboração dos nobres Pares para votação e aprovação do título de Cidadão Benemérito do Sr. Paulo Brofman, que é professor titular da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, cardiologista-chefe do setor de experiências e ciência. Pesquisas com células tronco também são desenvolvidas pelo Sr. Paulo Brofman. É um cientista excepcional. Não faço a leitura da vida profissional porque talvez levaríamos um mês ou, no mínimo, essa semana para que pudesse ler o currículo, os trabalhos científicos e as publicações que ele tem pela Sociedade Científica Brasileira, pela Pontifícia Universidade Católica e também pela Cirurgia Cardíaca. Uma vida toda dedicada à Medicina, cardiologia, experimentos.

Gostaria da colaboração de V. Exas. para que aproveemos esse título que é, sem dúvida alguma, merecido.

O SR. NEY LEPREVOST (PP)

Sr. Presidente, apenas para registrar o total e irrestrito apoio da nossa Comissão de Saúde a essa proposta de Cidadania Benemérita para o Dr. Paulo Brofman, que é, sem dúvida, um dos maiores expoentes da Medicina paranaense. Professor renomado e um ser humano extremamente solidário. Tem nosso apoio a proposta do eminente Deputado Carli Filho.

O SR. ADEMAR TRAIANO (PSDB)

Sr. Presidente, da mesma forma, quero reafirmar aqui esta honraria que esta Casa está lhe prestando, com certeza muito justa. Homem respeitadíssimo, conceituado mundialmente. Acho que esta Casa, através da propositura de um projeto encaminhado pelo Deputado Carli, presta uma justa homenagem. Quero me somar a todos os Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

Em votação. Deputados favoráveis votarão com a expressão SIM, e os contrários com a expressão NÃO.

Encerrada a votação.

Votaram 40 Srs. Deputados: 39 votos SIM.

Está aprovado por unanimidade.

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

Sobre a mesa, Requerimento nº 1546, de autoria do Deputado Reni Pereira, constante do expediente de Sessão anterior. **Aprovado.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Para encaminhar, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Quero encaminhar no sentido de aprovar esse requerimento. Apenas fazendo um acordo com o autor, para que ele retire o último parágrafo do requerimento. Ele formula um requerimento nos termos previstos no nosso Regimento, mas ao mesmo tempo, no final, forma um juízo de valor sobre uma tese que tem sustentado. Como argumento é válida. Entendo que no momento em que a Assembleia Legislativa aprova um requerimento de pedido de informações para saber os convênios que a SANEPAR tem firmado com os Municípios que envolvem a cobrança da taxa de lixo, e como há uma controvérsia sobre a legalidade ou não desses convênios, muitas vezes são frutos e até objeto dos próprios contratos de concessão que a SANEPAR mantém. Todos sabem que a titularidade do serviço de água e esgoto é do Município. No momento que o Município contrata esse serviço com a SANEPAR, ele pode, ele tem condicionado, alguns deles, a cobrança da taxa da coleta de lixo.

Queria só solicitar ao nobre Deputado Reni Pereira, como autor, se ele aceita fazer a rasura em relação, única e exclusivamente, a esta questão que envolve, de fato, uma discussão de que se aplica ou não o disposto no Código de Defesa do Consumidor da venda casada. Tento acreditar, Deputado Reni, que o restante, obviamente, das informações são válidas. Só retiraria a formação do juízo de valor em relação ao tema, que é fruto de um debate, de uma discussão até do âmbito judiciário.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

Consulto ao nobre Deputado Reni Pereira se aceita a proposta do Deputado Romanelli.

O SR. RENI PEREIRA (PSB)

Concordo, até porque como ele falou, o objetivo é esclarecer quais os Municípios, quantos Municípios, quanto a SANEPAR cobra e qual o valor repassado. Esse último quesito não acresce nada às informações que a SANEPAR tem prestado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

Esta Presidência encaminhará a V. Exas. para que assinem e validem a rasura.

Em votação. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1580, de autoria dos Deputados Ney Leprevost, Antonio Belinati, Luiz Claudio Romanelli e demais Deputados, constante do expediente. **À Comissão Executiva.**

Requerimentos nºs 1554 a 1558, 1568 e 1576, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1559, de autoria do Deputado Fernando Scanavaca, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1549 a 1553, de autoria do Deputado Stephanes Júnior, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1569, de autoria do Deputado Valdir Rossoni, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 1560 a 1566, de autoria do Deputado Plauto Miró, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 1573 a 1575 e 1577 a 1579, de autoria do Deputado Ney Leprevost, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1572, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS)

Para registrar e agradecer o voto dos Deputados nessa homenagem, inclusive o apoio de V. Exa., à Maria José do Nascimento, e também registrar hoje a ausência do nosso Líder da Oposição, Deputado Elio Rusch, que está com problemas de saúde e hoje não pôde comparecer.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

V. Exa. representa a Oposição com muita bravura.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para terça-feira dia 14, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei n°s 177/08, 027/09 e do Projeto de Resolução n° 006/09.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 223/08.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 489/08 e 041/09.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 505/08, 002/09 e 059/09.

Levanta-se a Sessão.

Publicações:

Ata de Comissões

Constituição e Justiça

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA
ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos sete dias do mês de abril do ano de dois mil e nove, reuniu-se na sala de reuniões das comissões da

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Sr. Deputado Durval Amaral e com a presença dos Srs. Deputados: Ademar Traiano, Artagão Júnior, Caíto Quintana, Carlos Simões, Douglas Fabrício, Duílio Genari, Fernando Scanavaca, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Nereu Moura, Reni Pereira, Tadeu Veneri. Havendo número legal, o Sr. Presidente deu por aberta a presente reunião, colocando a ata da última reunião extraordinária em discussão e votação - APROVADA, com pedido de dispensa de leitura pelo Deputado Caíto Quintana. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei n° 002/09, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Ademar Traiano - APROVADO; 02) Projeto de Lei n° 011/09, de autoria dos Deputados Ney Leprevost, Stephanes Júnior, Dr. Batista, Tadeu Veneri, Marcelo Rangel, Teruo Kato e Rosane Ferreira. Parecer do Deputado Luiz Carlos Martins pela DEVOLUÇÃO da matéria aos autores - DEFERIDO; 03) Projeto de Lei n° 013/09, de autoria do Deputado Antonio Belinati. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Douglas Fabrício - REJEITADO. Os Srs. Deputados Tadeu Veneri, Reni Pereira, Caíto Quintana, Carlos Simões, Luiz Claudio Romanelli, Nereu Moura e Luiz Carlos Martins votaram contrário. Os Srs. Deputados Duílio Genari, Ademar Traiano e Douglas Fabrício votaram favorável ao parecer. O Sr. Deputado Reni Pereira apresenta requerimento de preferência de votação ao Projeto de Lei n° 375/08. O Sr. Presidente coloca em votação o requerimento - APROVADO. 04) Projeto de Lei n° 375/08, de autoria do Tribunal de Justiça. O Sr. Deputado Nereu Moura SOLICITA VISTA - CONCEDIDO pelo Presidente; 05) Projeto de Lei n° 016/09, de autoria do Deputado Luiz Nishimori. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Ademar Traiano - APROVADO; 06) Projeto de Lei n° 021/09, de autoria do Deputado Antonio Belinati. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Douglas Fabrício - APROVADO; 07) Projeto de Lei n° 027/09, de autoria do Deputado Luiz Eduardo Cheida. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Caíto Quintana - APROVADO; 08) Projeto de Lei n° 029/09, de autoria do Deputado Ney Leprevost. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Ademar Traiano - APROVADO; 09) Projeto de Lei n° 035/09, de autoria do Deputado Douglas Fabrício. Os Srs. Deputados Luiz Carlos Martins e Reni Pereira SOLICITAM VISTA - CONCEDIDO pelo Presidente; 10) Projeto de Lei n° 041/09, de autoria do Deputado Ribas Carli Filho. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Reni Pereira - APROVADO; 11) Projeto de Lei n° 044/09, de autoria do Deputado Luiz Nishimori. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Caíto Quintana - APROVADO; 12) Projeto de Lei n° 045/09, de autoria do Deputado Felipe Lucas. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Nereu Moura - APROVADO; 13) Projeto de Lei n° 053/09, de autoria do Deputado Ney Leprevost. Os Srs. Deputados Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Artagão Júnior e Ademar Traiano SOLICITAM VISTA - CONCEDIDO pelo Presidente; 14) Projeto de

Lei nº 059/09, de autoria do Deputado Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Caíto Quintana - APROVADO; 15) Projeto de Lei nº 177/08, de autoria da Deputada Cida Borghetti. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 16) Projeto de Lei nº 223/08, de autoria do Deputado Luiz Eduardo Cheida. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari, na forma da - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, pelos Deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e secretária desta comissão.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
Ana Lúcia Andretta - Secretária

Obras Públicas, Transportes e Comunicação

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO 3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos oito dias do mês de abril do ano de dois mil e nove, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, sob a presidência do Sr. Deputado Marcelo Rangel. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando a Ordem do Dia: Projeto de Lei nº 002/09, de autoria do Poder Executivo. Relator Deputado Péricles de Mello. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Projeto de Lei nº 059/09, de autoria do Poder Executivo. Relator Deputado Péricles de Mello. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, e para constar, eu, secretário da comissão, lavrei a presente ata, que depois de lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(a) MARCELO RANGEL - Presidente

Tomada de Contas

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS 3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos seis dias do mês de abril do ano de dois mil e nove, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Tomada de Contas da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, para sua terceira reunião ordinária, com a presença dos Srs. Deputados membros da Comissão, abaixo assinados, para deliberar sobre a seguinte pauta: submeter à aprovação da verba de ressarcimento das despesas dos Srs. Deputados referente ao mês de março de 2009 - Proposição nº 028/09. Havendo número legal e de acordo com o Regimento Interno, o Sr. Presidente da Comissão, Deputado Duílio Genari, abriu os trabalhos, passando a palavra ao Sr. Deputado Francisco Bühner, que relatou a Proposição nº 028/09, que trata da prestação de conta da verba do movimento relativo aos créditos para atender ressarcimento das despesas dos Srs. Deputados, referente ao mês de março de 2009, conforme Resolução nº 003/04, de 15/04/04. Após exame da matéria, o Sr. Relator entendeu que as referidas contas encontram-se dentro das normas de sua regulamentação e, desta forma atende a legislação em vigor, dada à sua exatidão, concluindo pelo parecer FAVORÁVEL - APROVADO, sendo acompanhado por unanimidade pelos Srs. Deputados presentes. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, e, para constar e exercer os efeitos legais, eu, Maria Regina Subtil, secretariei e lavrei a presente ata, que após lida e achada conforme, será assinada pelo Sr. Presidente da Comissão, Srs. Deputados e por mim, secretária da Comissão de Tomada de Contas.

(a) DUÍLIO GENARI - Presidente
Maria Regina Subtil - Secretária